

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
INSTITUCIONAL**

BIANCA BATALHA DE ALMEIDA

**A DIMENSÃO PÚBLICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL EM UM ABRIGO PARA POP-RUA EM SERRA/ES:
EXPERIÊNCIAS DE *APOSTAR COM***

**VITÓRIA-ES
2017**

BIANCA BATALHA DE ALMEIDA

**A DIMENSÃO PÚBLICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL EM UM ABRIGO PARA POP-RUA EM SERRA/ES:
EXPERIÊNCIAS DE *APOSTAR COM***

Dissertação de Mestrado em Psicologia Institucional apresentada a apreciação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, sob a orientação da Profa. Dra. Gilead Marchezi Tavares.

**VITÓRIA-ES
2017**

BIANCA BATALHA DE ALMEIDA

**A DIMENSÃO PÚBLICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL EM UM ABRIGO PARA POP-RUA EM SERRA/ES:
EXPERIÊNCIAS DE *APOSTAR COM***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Vitória, 18 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Gilead Marchezi Tavares

Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Luciana Vieira Caliman

Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Márcia Oliveira Moraes

Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu TUDO, minha fortaleza, minha paz, meu alimento, minha segurança! A Ele toda honra e glória!

Aos queridos pop-rua que teceram comigo os fios que compõe este trabalho. Pessoas generosas, que experienciaram conosco, sendo coautores desta dissertação. Obrigada por cada encontro, cada olhar, cada sorriso, cada abraço, cada aperto de mão. Com vocês me *performei*, me transformei!

À minha família que tanto amo, meu marido Leonardo, minha mãe Viviane, meu pai Pedro, sem vocês não conseguiria prosseguir nesta caminhada, tecemos juntos afetos que transbordam. Quanta força há nessa aliança!

À querida Gilead, quanta intensidade! Você transborda! Que privilégio ter sido sua orientanda! Nossos encontros tão potentes, cheios de afetos e sintonia... Experimentamos a força do encontro! Obrigada por compor comigo cada detalhe, cada entre, cada meio! Obrigada por apostarmos juntas!

Agradeço aos nossos amigos do Grupo da Pós: Luziane (obrigada pelo cuidado, afetos, força!), Sabrina (obrigada pela generosidade, pela disponibilidade, pela escuta sensível!), Ruth (você me inspira muito!), Vitor, Fabrício! Vocês são demais!

À Jussara, coordenadora do Abrigo Noturno e parceira durante todo o processo de pesquisar-trabalhar, pelo incentivo, pelas possibilidades abertas para que eu pudesse compor esta dissertação e realizar o mestrado. Sem o seu suporte não teria sido possível! Obrigada pela disponibilidade!

Agradeço a equipe do Abrigo Noturno, Stephani, Janderson, Elizângela, Adriano, Iran. Agradeço a Marta, e a equipe da rede de atenção à pop-rua da Serra. Quantos aprendizados!

À Luciana Caliman e Márcia Moraes, pelas indicações de leitura muito pertinentes que compuseram as camadas desse trabalho, pela disponibilidade de estar conosco na banca desta dissertação.

Agradeço à secretaria de Assistência Social do município da Serra, em especial a secretária Elcimara Rangel Loureiro Alicio que autorizou a realização desta pesquisa, bem como a empresa terceirizada responsável pela gestão do Abrigo Noturno.

Para que tanta pergunta se é a busca e não a resposta?
Para que tanto remédio se é o sofrimento e não a dor?
Para que tanta dúvida se é a possibilidade e não a certeza?
Para que tanta individualidade se é o coletivo e não o sozinho?
Para que tanto diagnóstico se é o cuidado e não a cura?
Para que tanto padrão, se é a singularidade e não a igualdade?
Para que tanto poder, se é afeto e não reconhecimento?
Para que tanta fala, se é a escuta e não o discurso?
Para que tanta pressa se é o caminho e não o fim?
Para que tanta objetividade se é o encontro e não a norma?
Para que tanta indiferença se é o amor e não o ódio?

Busque e permita a busca!
Sofra e esteja do lado de quem sofre!
Possibilite ao outro e a si mesma!
Seja com os outros e não sozinha!
Cuide-se e cuide!
Singularize-se e permita a diferença!
Afete-se e deixe-se afetar!
Escute e seja escutado!
Caminhe e ajude o outro a caminhar!
Encontre-se e proporcione encontros!
Ame-se, ame e seja amado!
....
Simplesmente, viva e deixe viver!

Bianca Leal, Abril de 2012

RESUMO

Este trabalho foi realizado em um Abrigo Noturno de Serra/ES, que compõe os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Assistência Social, na modalidade de Acolhimento Institucional para pernoite, acolhendo a população adulta em situação de rua. O objetivo foi conhecer a dimensão pública da política de assistência social, isto é, perseguir exatamente aquilo que uma dada política de governo favorece de encontros, conexões, vinculações que produzam movimentos de transformação, de constituição de um corpo mais articulado com uma rede entendida como em movimento. Partindo da concepção de corpo como interface entre sujeito e mundo, propõe-se que sua aquisição na constituição de um *corpus* analítico se daria de forma progressiva por meio da disponibilidade para o desconhecido e da sensibilidade àquilo de que é feito o mundo. Desse modo, foi realizada uma investigação, compreendida como *PesquisarCom* a população em situação de rua, utilizando como instrumentos-dispositivos a entrevista e o diário de campo a partir da vivência institucional no serviço. As narrativas constituídas nos encontros com quatro participantes-companheiros foram trazidas como experiências a serem compartilhadas em localidades e situações específicas de uma rede, importando cada encontro, cada conexão, cada “meio”. Assim, se aposta na intensificação da experimentação e das alianças, considerando que por meio delas produzem-se questionamentos que podem forjar uma assistência social pública, isto é, vivenciada nas lutas cotidianas em que a *ação com o outro* faz resistirmos às forças que impedem os movimentos de liberdade dos processos de diferenciação próprios da vida.

Palavras-chaves: Assistência Social; População em Situação de Rua; Política Pública; Experiência; *PesquisarCom*.

ABSTRACT

This project took place in a Night Shelter in Serra / ES, which comprises the services of Special Social Protection of High Complexity of Social Assistance, in the form of Institutional overnight welcoming, sheltering the adult population in street situation. The objective was to understand the public dimension of social assistance policy, that is, to pursue exactly what a given government policy benefits from meetings, connections, ties that produce transformative movements, the constitution of a more articulated body with a network known as movement. Starting from the conception of a body as interface between a subject and the world, it is proposed that its acquisition in the constitution of an analytical corpus would be done progressively through the availability for the unknown and the sensitivity to what the world is made of. Therefore, an investigation with homeless people known as ResearchWITH was carried out, using as instruments-devices the interview and the log from the institutional experience in the service. The narratives constituted in the meetings with four fellow participants were brought as experiences to be shared in specific locations and situations of a network, making each meeting, each connection each “way” matter. Thus, it is based on the intensification of experimentation and alliances, considering that through them questions may arise, which can forge a public social service that is experienced through the daily struggles in which the action with the other makes us resist the forces that prevent the movements of freedom of the processes of differentiation inherent in life.

Keywords: Social Assistance; Population in Situation of Street; Public policy; Experience; ResearchWITH.

SUMÁRIO

Estranhando e inventando modos de fazer e de caminhar como pesquisadora-trabalhadora.....09

1. O CAMPO DE INTERVENÇÃO-INVESTIGAÇÃO: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....12

2. PRODUZINDO REDES: VÍNCULOS E CONEXÕES.....26

2.1. PESQUISANDO COM A POP-RUA.....30

3. A DIMENSÃO PÚBLICA DA POLÍTICA: O AFETO.....37

4. OS ENCONTROS.....54

4.1. JOSÉ E O SONHO DE OLHOS BEM ABERTOS.....55

4.2. DAYSE E A ESCRITURA DO LIVRO DA AMIZADE.....66

4.3. DANIEL E A CORAGEM DE ALÇAR VOO.....72

4.4. MIZÁ, O TERROR DA ESCRAVIDÃO.....77

5. DESPEDIDA: COMPARTILHANDO NOSSA APOSTA.....87

6. REFERÊNCIAS.....91

Estranhando e inventando modos de fazer e de caminhar como pesquisadora-trabalhadora

Dia 08 de junho de 2016. A caminho do meu primeiro dia de trabalho. O sol está forte, as expectativas vibram. Ao chegar ao local, do lado de fora do portão grande cinza, avisto uma área externa muito grande, um coqueiro e uma casa rosa de dois andares, em frente a um jardim com flores das mais diversas. O portão foi aberto pela coordenadora e fui convidada a dar meus primeiros passos neste mundo novo. As sensações são diversas. Uma distância considerável separava o portão da casa, no caminho vou pisando nas pequenas pedras que cobrem o chão de areia. Passamos por outro portão branco, entramos na casa, andamos pela varanda e entramos pela cozinha. Vi a sala da equipe técnica e fui convidada a sentar. Iniciamos uma conversa junto à assistente social sobre o funcionamento do Abrigo. A conversa produziu alguns questionamentos ao mesmo tempo em que a disponibilidade com que fui recebida possibilitou novas articulações... (Diário de campo, 08/06/2016).

Aqui começa o nosso encontro com o campo de trabalho e que um pouco depois se constituiu como campo de intervenção-investigação.

Nossa trajetória como psicóloga se iniciou com o acolhimento institucional para adolescentes e posteriormente com adolescentes em conflito com a lei. Durante um período de quase cinco anos me embrenhei no trabalho com a adolescência e me apaixonei. Nesse caminho, fui adquirindo um corpo, à medida que ia me construindo a partir da disponibilidade à afetação. Em meu último trabalho com adolescentes, na execução da medida socioeducativa de semiliberdade, vivenciei experiências vivas que ainda vibram em meu corpo. Afetos que ainda transitam. Afetos que me moveram até o mestrado.

Antes de ingressar no mestrado, o convênio do IASES (Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo) com a empresa que realizava a execução da

semiliberdade finalizou. Ainda assim, movida pelo “*inter-esse*” (DESPRET, 2004, p.124), com o desejo de me embrenhar e mergulhar no campo da socioeducação como pesquisadora, construí um projeto de pesquisa visando lançar luz à temática das medidas socioeducativas. Nesse ínterim, entrei no mestrado e fui convocada, a partir de um processo seletivo que havia feito há alguns meses, para trabalhar com população em situação de rua. Ao receber a notícia da convocação, vivenciei muitas angústias, receios e medo, muito medo... Medo de pisar em um terreno inabitado por mim, numa terra estrangeira. Medo dos enunciados que me atravessavam sobre o risco de trabalhar e conviver com a população em situação de rua: “eles ameaçam que vão te matar”, “jogam pedra”, “quebram o seu carro”. Meu corpo estava com medo dos riscos, bastante desconfiado e com muitos pré-conceitos. Duro e rígido.

O interessante é que no momento em que a notícia chegou e que iniciei a vivência de uma preparação para uma nova etapa, já estava lendo, escrevendo e sendo afetada pelas noções de corpo, encontros, vínculos e alianças que compõem esta dissertação. Nesse ponto, uma frase que havia escrito me atravessou como uma flecha: *é preciso adquirir um corpo que não tema os encontros*. Como isto me desestabilizou! Estava justamente temendo...! Comecei a estranhar modos de pensar em mim arraigados.

Seguindo essa direção e ainda a pista apontada por Manoel de Barros (1993, p. 11) sobre a importância de “[...] desaprender oito horas por dia, eis o princípio”, fui me reinventando e desnaturalizando o olhar instituído no processo de adquirir um corpo-sujeito-ético.

Estava na sala da equipe técnica quando avistei da janela, os educadores abrirem o portão, e os usuários começaram a entrar no Abrigo. Aos poucos guardavam seus pertences no guarda-volumes e se dirigiam a outras atividades, como tomar banho e assistir televisão na varanda. Às sete horas todos estavam reunidos na varanda para que as marmitas

fossem servidas. Fui então apresentada pela coordenadora como a nova psicóloga do Abrigo. Muitos sorriram para mim, outros me deram um aperto de mão, e fui recepcionada com boas vindas. Tais gestos e palavras foram rompendo a desconfiança e fui experimentando o efeito do acolhimento. Fui tocada por afetos que circulavam, pela sensibilidade e abertura dos profissionais e daquela população que eu tanto temia. A rigidez do meu corpo foi se desfazendo (Diário de campo, 08/06/2016).

Ao longo do primeiro mês, fui vivenciando encontros potentes que me atravessaram como ligações elétricas, de modo que fui sentindo vibrar na pele o desejo de construir a minha pesquisa no mesmo local do meu trabalho. Desejo de mergulhar nesse campo que aconteceu para mim de forma tão inesperada e onde experimentei encontros com o inusitado, com a diferença, e o quanto eles nos tornam vivos, alegres, cheios de vontade de criar! É o encontro com o outro que forja um corpo, um modo de ser pesquisadora, de ser profissional, de pesquisar-trabalhar¹, de compartilhar a vida.

Foi assim que reiniciei, no caminhar dessa jornada, a construção dos pontos de partida que teceram esta dissertação.

¹ Utilizamos nesta dissertação o termo pesquisar-trabalhar para dizer desse processo que se produz entre, uma interface que diz de uma experiência que se dá exatamente no encontro entre a pesquisa e o trabalho, e com muitas outras coisas.

1. O CAMPO DE INTERVENÇÃO-INVESTIGAÇÃO: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada em 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, após ampla discussão em seminários, reuniões, palestras que aconteceram em todo o território brasileiro. A PNAS define um modelo novo de gestão para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e apresenta diretrizes para que a assistência social se efetive como “política pública²”. Ela define como público-alvo aqueles cidadãos e grupos que estão em situação de vulnerabilidade e de risco, visando contribuir para a inclusão e a equidade desses indivíduos a partir da promoção de serviços, programas, projetos e benefícios (BRASIL, 2004). A PNAS centra suas ações nas famílias, objetivando a convivência familiar e comunitária, de modo que seja “garantida” a autonomia e o protagonismo social dos sujeitos que a compõe. Constam no documento muitas menções acerca do termo vinculação, sendo que na maioria das vezes esse termo faz referência aos vínculos familiares e comunitários. E é na “fragilidade”, constatada nos vínculos da família e da comunidade, que a assistência social irá intervir, já que essa política será utilizada por “famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculo de afetividade, pertencimento e sociabilidade [...]” (BRASIL, 2004, p. 33). A legislação evidencia a gestão da Assistência Social em níveis de Proteção (Básica e Especial), que são estabelecidos de acordo com o “tipo” de vinculação familiar e comunitária dos usuários. A Proteção Básica objetiva o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e seus serviços são centrados na família, destacando sua importância e ressaltando o valor de suas constituições como

² Mais adiante trataremos a concepção de política pública que norteia esta dissertação. Por ora, colocamos o enunciado entre aspas para sinalizar que é a expressão utilizada pelas normativas governamentais.

“referências morais, de vínculos afetivos e sociais” (BRASIL, 2004, p. 35). As pessoas atendidas por esse nível de proteção são aquelas que se encontram “[...] em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação [...] e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (BRASIL, 2004, p. 33). A Proteção Social Especial destina-se a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados. Enquanto a Proteção Social Especial de Média Complexidade oferta atendimentos aos usuários nos quais os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade se destina a usuários que tiveram seus vínculos familiares rompidos e que, portanto, “necessitam” de acolhimento em espaços de abrigo ou em famílias acolhedoras (no caso de crianças e adolescentes).

A legislação expressa o reconhecimento de novas possibilidades e modelos familiares, à medida que considera as famílias como laços consanguíneos, afetivos e de solidariedade. Concordamos com Araújo (2015), que nos faz verificar no documento posturas ainda moralistas que contradizem a premissa expressa acima.

Pesquisas sobre a população e as condições de vida nos informam que as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho, à revolução na área da reprodução humana, às mudanças de valores e à liberação dos hábitos e dos costumes, bem como ao fortalecimento da lógica individualista em termos societários, redundaram em mudanças radicais na organização das famílias. Dentre essas mudanças pode-se observar um enxugamento dos grupos familiares (famílias menores), uma variedade de arranjos familiares (monoparentais, reconstituídas), além dos processos de empobrecimento acelerado e da desterritorialização das famílias gerada pelos movimentos migratórios. Essas transformações, que envolvem aspectos positivos e negativos, desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários e tornaram as famílias mais vulneráveis. A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família (BRASIL, 2005a, p. 26).

Encontramos aqui contrapontos que estão presentes não só na PNAS, mas também nos discursos e nas práticas de alguns profissionais inseridos na Assistência Social. Comumente ouvimos falas como “esse sujeito é vagabundo, é irresponsável, mas também olha a sua família, toda desestruturada”. Considerar essas contradições nos impele a questionar a função da centralidade da família nos serviços oferecidos pela Assistência Social.

Como vimos, a Assistência Social afirma a necessidade de suas intervenções na “fragilidade” constatada nos vínculos da família e da comunidade, assim os integrantes das famílias cujas vinculações são consideradas “frágeis” devem ser protegidos – leia-se vigiados, doutrinados, controlados - já que a manutenção da família e de sua esfera privada produz um “sujeito coletivo” que irá constituir, conforme nos indica Sheinvar (2006), a produção do social. Por meio de tecnologias investidas na população, a primazia na centralidade familiar possui o intuito de garantir que as dinâmicas familiares funcionem “bem”, a partir do seu esquadramento, de sua gestão, de seu controle, visando ao “bom” funcionamento da sociedade, quer dizer: a manutenção da ordem pública e a reprodução do capital humano que trará retorno aos investimentos realizados pelas políticas de assistência social.

Assim como Araújo (2015), entendemos que, embora a política de Assistência Social se consolide como uma mudança no que tange à história das práticas socioassistenciais no Brasil, pois possui uma gama de programas sociais que de fato beneficiam muitos sujeitos, seus serviços velam a operação de tecnologias de controle do “como viver”, e do “fazer viver”, impedindo a multiplicidade da vida. Podemos nos indagar: a que/quem a assistência social tem servido? Que produções emergem desses serviços? Será que produzem uma “subvida”?

*Vou te dar um exemplo mais prático, eu ouvi uma coisa hoje de um cara que inclusive é daqui, ele falou bem assim: rapaz, eu tenho três anos de Centro Pop, aí o cara falou assim comigo (**parafraseou, replicou**) e ele acha vantagem isso aí, aquilo ali foi um turbilhão de coisas pra mim, pobre coitado, coitado dos dois, ele se acostumou, ele tem uma subvida aí, eu não tô dizendo que é por causa do Pop (Centro Pop), o Pop é uma oportunidade dele ficar fora (**da rua, do contexto de violência, da oportunidade de usar drogas, mas dentro ele está numa condição “viciante”**), mas ele ficar dependendo disso é uma subvida... e mais ainda pobre coitado de mim que tô aí vendo essa coisa toda... ele é uma vítima do que eu chamo de sistema, sistema não é Pop, não é isso aqui, é o que eu chamo de todo esse universo aí que eu não sei o que é...(José, 2016, Entrevista Gravada).*

O nosso campo de trabalho e de pesquisa trata-se de um serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade de Acolhimento Institucional para pernoite, com objetivo de acolher a população adulta em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento, ofertando alimentação, higienização e abrigo provisório. É um Abrigo Noturno que se localiza no município de Serra/ES, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Serra (SEMAS-PMS), e tem capacidade para atendimento a trinta pessoas, sendo 24 vagas destinadas para pessoas do sexo masculino e seis vagas para o sexo feminino. A abertura do equipamento público no município da Serra é recente, aconteceu em dezembro de 2015. Funciona das 17h às 7h e oferece o acesso dos usuários a espaço de guarda de pertences, de higiene pessoal e de alimentação. As pessoas que usam o equipamento são assistidas por uma equipe de dois educadores por plantão e acompanhadas por uma equipe técnica, formada por um assistente social e um psicólogo. O trabalho técnico se compõe pela acolhida, escuta, análise das demandas, orientação individual e grupal, construção do plano individual de atendimento, elaboração de relatórios/prontuários, orientação para acesso à documentação pessoal, encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas governamentais que possam contribuir na promoção da autonomia e inserção social. Além disso, é realizado o acompanhamento

dos encaminhamentos, referência e contra referência, articulação intersetorial com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa dos direitos, articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Durante o período em que ficam no Abrigo, os usuários assistem televisão, participam de jogos coletivos (dominó, dama, bingo), tocam violão e usam o espaço da biblioteca para leitura.

As pessoas em situação de rua acolhidas no Abrigo Noturno são, em sua maioria, encaminhadas pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e pelo Serviço Especializado em Abordagem Social do município de Serra, mas também são realizados encaminhamentos pela rede socioassistencial. É importante frisar que no momento em que este trabalho foi sendo construído, acontecia a elaboração do Regimento Interno do Abrigo Noturno.

Vale apresentar brevemente o percurso histórico recente que a população em situação de rua vem trilhando no Brasil. O Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (2015) aponta que a partir do final da década de 70 surgiram diversos movimentos sociais que lutam pela ampliação dos direitos de cidadania e pela participação política. As primeiras diligências de organização da População em Situação de Rua aconteceram nos anos 80, quando essa população passou a receber o apoio de organizações internacionais, estudiosos, especialistas e movimentos religiosos. Com a constituição desses movimentos, configurou-se uma “população de rua” (pop-rua) como objeto de intervenção política (MELO, 2013), indo de encontro às crenças desenvolvidas pelas práticas paternalistas, autoritárias, assistencialistas e de “higienização social”. Esse cenário possibilitou que as organizações que prestam apoio à pop-rua adotem uma nova perspectiva de atuação que entende o acesso desse segmento da população “ao direito humano, à vida, e à dignidade” (BRASIL, 2011a, p. 15).

O advento da Constituição Federal de 1988, que considera os direitos sociais como direitos fundamentais de todo cidadão, impulsionou as políticas sociais. Nos anos 90, aconteceram algumas manifestações notórias no âmbito nacional a respeito da pop-rua. No ano de 2001, aconteceu a Primeira Marcha do Povo da Rua. Em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004), que atribuiu à Proteção Social Especial o atendimento da população em situação de rua. Essa política prevê que os serviços destinados à pop-rua “possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos” (BRASIL, 2005, p. 31). Não temos dúvida de que a constituição de uma “população em situação de rua” transformou aquilo que se entendia como um problema privado (a “vagabundagem” e a “mendicância”) em uma questão de ordem social. Acontece que a análise de tal transformação deve considerar os efeitos de uma intervenção política pautada em modelos para os modos de vida, quando, por exemplo, tem como ponto de partida a “organização de um novo projeto de vida”.

Ainda em 2004, aconteceram mortes de forma brutal de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, o que levou as diversas organizações sociais envolvidas com a questão da pop-rua, a buscarem se organizar como movimento social e a exigirem participação nos conselhos de assistência social e na elaboração de uma política nacional para essa população. Assim, foi criado o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPSR), no ano de 2005.

Nesse mesmo ano, ocorreu a realização do I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, organizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Esse encontro propiciou o início da formulação da Política Nacional para a pop-rua, além de subsídios

para o texto da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que alterou a Lei de Organização da Assistência Social (LOAS) e incluiu o atendimento especializado para a população em situação de rua. Aqui, como nos aponta o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (2015), nos deparamos com o equívoco de a pop-rua não ter sido contemplada desde o início na LOAS.

No período de agosto de 2007 a março de 2008, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS (BRASIL, 2009). O levantamento abordou pessoas em situação de rua com 18 anos de idade completos ou mais. Abrangeu 71 municípios (48 deles com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais) e identificou 31.922 pessoas em situação de rua. Essa pesquisa nacional visou à quantificação e caracterização socioeconômica desta parcela da população para que esses dados subsidiassem a elaboração e a implantação de políticas estatais voltadas a esse grupo.

A Secretaria dos Direitos Humanos (2013), com base em Ferro (2012), aponta que o resultado de tal pesquisa somado ao debate da sociedade civil no percurso de cinco anos, culminou no Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e os parâmetros para sua descentralização. Foram adotados os princípios da equidade e igualdade e o atendimento humanizado, a partir da conjunção dos vários serviços que visam atender de modo integral essa população. O Decreto também instaurou o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, que busca assegurar a intersetorialidade da política a partir de seu acompanhamento e monitoramento. A tentativa é de garantir os direitos, colocando inclusive a população de rua como prioridade nas ações de governo. Entendemos que a inclusão da “voz” da pop-rua na formulação da política governamental favorece o fortalecimento de uma política efetivamente pública. Apesar

disso, o que verificamos na prática e com os autores que pesquisam a temática da pop-rua, como Silva (2009) e Vieira et al (2004), é que o contexto de desigualdades sociais que produzem a pop-rua e caracterizam um sistema em que os direitos dessa população são violados, pouco se alterou e se atualiza nas práticas da assistência social.

A Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nº 109, de 2009, traz a tipificação dos serviços socioassistenciais em âmbito nacional, sendo os serviços destinados à pop-rua agrupados na Proteção Social Especial. São eles: Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Serviço de Acolhimento Institucional – que inclui adultos e famílias em situação de rua – e Serviço de Acolhimento em República – compreende adultos em processo de saída das ruas (BRASIL, 2009b).

Kunz (2012) sinaliza que algumas pesquisas (acadêmicas ou coordenadas pelo poder público) têm sido realizadas com o objetivo de conhecer a realidade dessa população, a partir das duas últimas décadas, na tentativa de buscar soluções para a questão da população em situação de rua. Silva (2009) e Vieira et al (2004) nos indicam que são múltiplos os fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua. Enfatizam principalmente a situação de carência em que essas pessoas vivem, sinalizando questões como a ausência de moradia, o não pertencimento a redes sociais e familiares e a inexistência de trabalho e renda. Causas socioeconômicas e políticas, os reflexos da crise econômica mundial, as mudanças estruturais da economia, a crise social provocada pelo crime organizado, o tráfico de drogas e a ideologia neoliberal, alcoolismo, drogadição, doenças mentais, são mencionados pela maioria dos autores que escrevem sobre a população de rua, enfatizando-os como “fatores que buscam compreender” a existência de pessoas que se encontram utilizando o espaço público como local de moradia (MENDES, 2007). Embora não seja objeto deste trabalho, a busca por fatores

encerra em si mesma uma questão no que diz respeito à desconsideração em relação aos modos de vida ético³, ou seja, formas de viver e conviver transgressores dos modelos impostos como norma ou normal.

Silva (2009) e Vieira et al (2004) ainda apontam que a população em situação de rua se define como aquela que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência, isto é, de moradia e de sustento. Os autores também indicam que a pop-rua é um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes condições, mas que têm em comum a condição de pobreza extrema, vínculos familiares “interrompidos” ou “fragilizados” e sem moradia convencional regular, tendo a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente. Diversos são os grupos que estão nas ruas: desempregados, imigrantes, egressos do sistema penitenciário e psiquiátrico, e ainda “trecheiros” (pessoas que transitam de uma cidade para outra). Apesar dessa diversidade, Vieira et al (2009) nos indicam ainda que há uma predominância do sexo masculino, principalmente homens sós, isto é, pessoas que não possuem uma convivência permanente com o grupo familiar. Desse modo, os autores assinalam que além das questões de ordem econômica, a ocupação das ruas se dá também em função da fragilização dos vínculos familiares. Nesse sentido, Silva (2009) ressalta que

[...] existem outros fatores estruturais ou fatores ligados às histórias de vida dos indivíduos que conduzem à fragilização e ao rompimento dos vínculos familiares, como as desavenças afetivas, os preconceitos relacionados à orientação sexual, a intolerância às situações de uso, abuso de álcool e outras drogas. Entretanto, no contexto contemporâneo, o fator econômico, expresso principalmente pela ausência de trabalho e renda regulares, é preponderante (p. 131).

No contexto desta dissertação, encontramos histórias em que os sujeitos têm o vínculo familiar “fragilizado ou interrompido”, e também histórias de pessoas que, apesar de

³ Entendemos o modo de vida ético a partir da compreensão do “Homem da Ética” segundo nos apresenta Rolnik (1995).

viverem nas ruas, não romperam totalmente esse vínculo, ou estão em vias de seu fortalecimento. A maioria das pessoas que passaram pelo Abrigo no período em que estivemos no processo pesquisar-trabalhar fazem uso de álcool e outras drogas, o que segundo elas torna, em alguns casos, a convivência com a família insustentável. Elas contam da “rejeição” vivenciada na família, da “vergonha” que sentem, do descrédito e da desaprovação familiar, que em alguns casos os levam a transitar/ocupar as ruas, em busca de uma vida livre das amarras e julgamentos imputados pelas normatizações.

“Sabe, preferi sair de casa, pois minha mãe rejeitava o meu jeito. Eu queria sair, fazer minhas andanças, usar minhas coisas e retornar para casa, mas minha mãe não aceitava. Agora prefiro rodar os estados, e no Natal vou ver ela. Prefiro ser livre na rua, que ter que parar de usar drogas” (Fala de um usuário do abrigo, Diário de Campo, 21/03/2017).

“Toda vez que uso drogas me sinto muito triste. Me sinto cheirando o leite e a fralda da minha filha. Fico arrasado. Envergonhado. Cada vez que uso fico mais longe da minha família, só quero procurar eles quando estiver bem (Fala de um usuário do abrigo, Diário de Campo, 21/04/2017).

Drogas como o álcool, a maconha, a cocaína e o crack são frequentemente consumidas pela população que faz uso do Abrigo Noturno. Entendendo esse aspecto, possibilitamos que os usuários do Abrigo tenham a flexibilidade de faltar alguns dias durante a semana e continuar com a vaga garantida, pois, por vezes, devido ao uso abusivo de drogas, não conseguem retornar à noite ao Abrigo e acabam dormindo na rua. Algumas pessoas nos relatam que utilizam o Abrigo Noturno como meio de redução de danos, isto é, afirmam que quanto menos tempo passam nas ruas, menos usam drogas.

Diante desse breve resgate acerca da organização dos serviços socioassistenciais no Brasil e contextualização do nosso campo de pesquisa, podemos problematizar as noções de risco social e vulnerabilidade, inclusive a de Assistência Social. Michel Foucault (2008) nos ajuda a abrir o campo de visão a partir de seus estudos. Ao traçar uma trajetória do direito político, nos fala do desenvolvimento de um biopoder, isto é, de uma política de controle da vida, a partir do surgimento dos Estados Modernos. O autor nos aponta que era o soberano quem determinava quem deveria morrer ou viver, ele detinha o direito da morte, seja por intermédio divino, ou por conquista de território, o que mudou com o advento dos estados governamentalizados.

Com o passar dos séculos, mudanças político-econômicas contribuíram para o surgimento de técnicas disciplinares que passaram a incidir sobre o corpo dos sujeitos e suas singularidades, nos mais ínfimos detalhes da vida. Padrões de vida foram instituídos como norma e àqueles que não se enquadram e se distanciam dessa, lhes é atribuído o pertencimento a um grupo de risco social que deve estar sob a vigilância e disciplinamento das “instituições de sequestro” (FOUCAULT, 2013). Estas têm a função de vigiar, doutrinar, corrigir e punir aqueles que infringem as normas e aqueles que podem vir a se desviar do que é dado como o esperado e bom para a vida e que podem, portanto, oferecer perigo às vidas eleitas como superiores. A partir do século XVIII, Foucault (2008) nos diz de uma gestão da vida da população no nível das massas, no qual as tecnologias buscam o governo da vida para além da individualidade, no nível das multiplicidades. É a instauração de uma nova governamentalidade biopolítica, que se atualiza até hoje a partir de uma regulamentação da vida em nome de uma proteção/prevenção dos indivíduos e em defesa da sociedade.

Tavares (2014) nos aponta que nesse novo diagrama⁴ de forças passa a ser fundamental gerenciar o “como viver” da população e dos indivíduos, tendo como suporte uma rede de instituições que visam à vigilância e a correção. Assim, não podemos negligenciar os processos de produção dos modos de vida presentes nas políticas, inclusive a Assistência Social. Nesse sentido, com Tavares (2014), somos guiados a analisar as políticas governamentais, nas quais estamos inevitavelmente implicados, entendendo que somos parte dessa engrenagem.

Desse modo, cabe a nós, nesta dissertação, conversando com Tavares (2014), indagarmos a política a partir da problematização da direção do curso da vida, isto é, investigar se as forças que estão presentes no invisível das relações seguem para o aumento ou aniquilamento da potência de vida como processo de diferenciação.

Cabe assim nos perguntarmos: o que queremos com o nosso olhar punitivo e moralizante ao nos depararmos com a diversidade dos modos de vida? O que queremos quando dizemos que a pessoa em situação de rua “está assim” porque ela quer, porque não procura trabalho? O que queremos quando monitoramos um encaminhamento? Quando, ao verificarmos que a pessoa não “aderiu” ao encaminhamento, dizemos que ela é “acomodada”? E o Estado violento em nós? Temos sido “amoladores de facas”?

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas, etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. Os amoladores de faca, à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência da cotidianidade, remetendo-a a particularidades, a casos individuais. Estranhamento e individualidades são alguns dos pontos desses agentes. Onde estarão os amoladores de facas? (BAPTISTA, 1999, p. 46).

⁴ “Dimensão informe das relações de poder coextensivas a todo o campo social” (TAVARES, 2014, p. 454).

Para produzir uma política pública, no combate às forças de captura que nos impele aos automatismos e aos procedimentos técnicos investidos pelas forças do Estado, precisamos falar de nossas atuações no processo pesquisar-trabalhar. Tavares (2014) nos aponta que falar de atuação é dizer de ações que se inscrevem no corpo inteiro, é falar do que nos compõe, é nos questionar acerca do nosso compromisso ou do nosso comprometimento, com o quê e com quem, do lugar que ocupamos, das nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades, do que produzimos, do que instituímos, realizando uma análise das instituições em nós. Assim, se faz urgente a análise de nossas implicações nas instituições (LOURAU, 2004a).

É possível identificar que Foucault (2010a) aponta em seus trabalhos que, junto e por meio da formação das sociedades estatais, ocorreram transformações das práticas sociais, entre elas a impregnação do olhar pela busca da estabilidade, pelas formas e regularidades. Nesse sentido, precisamos nos indagar sobre o nosso olhar, pois há no olhar uma política que constitui mundos, realidades. Assim, somos convidados a pensar, com Foucault (2010a), o mundo contemporâneo não pela sua forma e regularidade, mas pelos processos, intensidades, fluxos.

Eis um dos nossos desafios no processo pesquisar-trabalhar. Podemos identificar que muitas práticas de pesquisa e de trabalho atualizam a existência de vetores que apontam para a reprodução da engrenagem que põe em funcionamento discursos considerados como verdadeiros e formas definidas – regulares e estáveis – de viver. Muitas pesquisas acadêmicas e práticas profissionais lidam com os modos de vida da pop-rua a partir de várias perspectivas que abarcam práticas/ações que tentam “domesticá-los” (dominá-los), práticas que os vitimizam, práticas que os tomam como perigosos, criminalizando-os, mas também práticas que vêm se esforçando no sentido de mergulhar na experiência compartilhada e com ela tecer saberes. É nesta última direção que guiamos a nossa

pesquisa, com uma atenção cuidadosa, de modo a buscar não moralizar e nem romantizar as maneiras de viver desses sujeitos. Nesse sentido, a nossa aposta nesta dissertação é dar visibilidade aos encontros e vínculos que se constroem no Abrigo Noturno e constituem redes, acompanhando os afetos que movimentam com vigor os modos de vida dessa população e que são cotidianamente menosprezados.

2. PRODUZINDO REDES: VÍNCULOS E CONEXÕES

Na caminhada para a aquisição de um corpo-pesquisadora-trabalhadora, acompanhamos o funcionamento do serviço de acolhimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Assistência Social para a população em situação de rua do Município de Serra, no Espírito Santo.

A partir de Tristão (2015), compreendemos que as práticas da rede de serviços da Assistência Social fabricam os serviços de acolhimento. Nesse sentido, entendemos a importância e urgência de discutirmos a temática da rede. Vale mencionar, que o termo foi vulgarizado no cotidiano e como indica Tristão (2015) possui vários significados nas práticas profissionais, sendo referido na Assistência Social habitualmente, como algo que está dado, como um conjunto de espaços institucionais que colocam em funcionamento as políticas de Assistência Social.

Apontamos com Tsallis et al (2006), a partir dos estudos latourianos, uma outra noção de rede: sob a ideia da conexão, da articulação entre elementos híbridos, o que nos remete à produção de misturas. Nessa direção, entendemos que os serviços de proteção social especial à população em situação de rua sejam compostos por uma rede que não está dada, finalizada. Em vez disso, entendemos que a rede de serviços da assistência social diz de conexões permanentemente em feitura, isto é, que segue em direção à multiplicação dos pontos de vinculação, ao comparecimento das diferenças e sua articulação.

A noção de vínculo latouriana se refere ao que comove e coloca em movimento a rede. Conforme Kastrup e Tsallis (2009), são os vínculos que permitem os deslocamentos na rede, por isso quanto maior o número de vínculos, maior a possibilidade dos atores mobilizarem novas proposições e produzirem novos cenários. Para Latour (1994), um

ator é tudo que tem agência, isto é, o ator se define pelos efeitos das suas ações e não pelo que faz propriamente. Nesse sentido, Tsallis et al (2006) mencionam que Latour vai além das noções de vínculo e aliança e da localização destes, já que não é pretensão se aplicar um quadro de referência no qual podemos inseri-los, mas consideram importante seguir a produção das diferenças, os efeitos e rastros deixados pelos atores, o que a rede de relações faz fazer, como aprendemos a ser afetados por ela e, ainda, importa na investigação, se os vínculos são “bons” ou “maus”, ou seja, se são ou não capazes de mobilizar aliados. Tsallis et al (2006, p. 61) apontam acerca da

[...] questão dos bons ou maus vínculos: os vínculos serão bons quando o marionetista se entender com a marionete, quando o cientista avançar no domínio nunca completo de seu objeto, quando o pai de Mafalda entender que ela simplesmente fuma, sendo o ato de fumar um recurso do coletivo e o cigarro um objeto arriscado. Entretanto, a falta de domínio não significa falta de governo. O melhor governo é o que abre mão do domínio mantendo o que nos faz ser, isto é, deveres, obrigações, tradições, limites, leis. Por exemplo, a linguagem, sistema complexo de leis e determinações não nos domina, ela nos faz fazer.

Em conformidade com o aporte teórico-metodológico apresentado, a proposta deste trabalho se baseou no entendimento de rede como transformação, alianças, fluxos, mediações e movimentos, isto é, “uma organização que é complexa, aberta, dispersa, sem centro unificador e que tem como princípio a conectividade” (KASTRUP, 2000, p. 17). Rede como conexão e alianças entre atores em um campo em permanente tensionamento das práticas que estão em funcionamento em cada equipamento social. O que implica entender a política de assistência social em meio às relações sociais, históricas, econômicas, entre outras que se conectam produzindo efeitos em um complexo jogo de forças.

Desse modo, almejamos lançar luz à construção de vínculos e alianças que emergem no campo de pesquisa-intervenção, que se faz por afecções, ou seja, forjar uma dimensão pública da política de assistência social. Forjar porque não é algo já dado, pronto, ou

essencial de uma política. Pode-se, inclusive, analisá-la como dispositivo de controle, um instrumento de dominação, de produção de corpos dóceis e úteis ao capital (ARAÚJO, 2015; SANTOS, 2015), conforme vimos no capítulo anterior. Mas, com um olhar rasteiro, olhar tátil, a partir da experiência dos encontros, buscamos mobilizar a aquisição de corpos mais articulados, e que, por sua vez, vibram, querem sempre mais vida, mais mundos, mais diferenciação.

Com isso, não estamos excluindo as estratégias de governo, que o olhar tátil também deverá captar. Estamos a sondar a ideia de que todas as táticas, mesmo as que visam se tornar estratégias de poder, encontram-se nas conexões da rede. A diferença se faz por um exercício ético que se afina à perspectiva de valorização da vida, “de uma ‘vida’ que não se pode apequenar e depreciar “com seus julgamentos universais, absolutos e destruidores da própria vida que diz proteger” (LAVRADOR, 2006, p. 72).

Vale mencionar a discussão trazida por Certeau (2005) acerca da distinção entre estratégias e táticas. Ele aponta que lidamos no cotidiano com burlas e artimanhas, sendo por meio delas e por elas que lidamos com as situações complexas do dia a dia, e são elas que nos fazem lidar com o movimento da vida. Ao falar de estratégia, o autor sinaliza que essa se vincula ao poder hegemônico, o que podemos articular ao que chamamos de Estado (ou forças do Estado), que funciona por captura e segmentarização dos processos de diferenciação, engendrando padrões e normas entendidas como “corretas” – formas dominantes de se viver.

[...] Chamo de estratégia o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolada. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um

‘ambiente’ um próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar (CERTEAU, 2005, p. 99-100).

Sobre as táticas o autor nos aponta:

[...] chamo de táticas a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio [...]. A tática não tem lugar senão a do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, [...] e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera, golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas (CERTEAU, 2005, 100).

De acordo com Certeau (2005, p. 101) “[...] a tática é a arte do fraco”. Fraco porque ela não busca confrontar-se com o poder, pois é determinada pela resistência ao poder. Dá-se ali onde a estratégia do poder falha, se equivoca. A tática como resistência ao poder atua nas brechas deixadas pelo poder e produz efeitos de astúcia.

Nesta dissertação, insistimos no caráter heterogenético da rede, que agencia multiplicidades e processos de singularização, numa constante produção do que Benevides e Passos (2009) chamam de redes quentes, em que as conexões se dão por alianças táticas. Mas as redes quentes coexistem e interagem com movimentos em que a rede esfria, quando o movimento da rede insiste num funcionamento estratégico amarrado às prescrições e/ou aos ideais transcendentais que denotam uma centralidade, uma verticalização nas relações. Na própria pesquisa, vemos esse movimento de coexistência, já que a própria qualidade quente e fria é mutante, instável, moldável.

2.1 PESQUISANDO COM A POP-RUA

Eu vou abrir um parêntese, aqui teve um cara que me entrevistou, ele tava fazendo uma entrevista sobre o perfil do morador de rua, e tal, eu tava dormindo em Vitória, e ele me acordou e a gente conversou, deve ter

conversado umas duas ou três horas, eu não tinha nada pra fazer, nada agendado, isso foi uma ironia, falei: ah por mim vamos conversar, só que eu acho no meu ponto de vista, a pesquisa dele talvez seja inteiramente diferente da sua, mas o que eu disse pra ele foi o seguinte: ô cara se tá querendo traçar um perfil do morador de rua, você ficar ouvindo pessoas não vai dar muito certo, no seu trabalho é melhor você se misturar com eles...o olhar é diferente de você estar no meio deles e estar atrás de uma linha, é como nós aqui, entre nós existe uma linha imaginária aqui Bianca 'cê tá aí e eu tô aqui, entendeu? Não dá pra misturar as coisas, você entende intelectualmente, você tá entendendo tudo que eu tô dizendo, mas é uma leitura intelectual, eu a minha leitura aliás não é leitura, eu tô vivendo, eu tô vivenciando o que eu tô dizendo... (José, 2016, Entrevista Gravada).

Nos termos de Moraes e Kastrup (2010), a expressão “PesquisarCOM” tem a dimensão de um verbo mais do que de um substantivo. Indica que para conhecermos a população em situação de rua é preciso acompanharmos *em ação* os processos a partir dos quais substantiva-se um pop-rua, ou seja, é preciso também inventar-se (inventar-me) na prática cotidiana daquelas pessoas a quem chamamos de pop-rua (MORAES; KASTRUP, 2010).

Nesse sentido, entendemos que o pesquisar com o outro implica uma concepção de pesquisa que é local e situada e que precisamos nos perguntar sobre que realidades produzimos com nossas pesquisas. Para tanto, se faz importante a construção da confiança mútua em que “o *corpus* de análise e a própria análise vão sendo realizados e compartilhados com os participantes da pesquisa” (TAVARES; FRANCISCO, 2016, p. 141). Ora, foi assim que esta dissertação se constituiu, num pesquisar-trabalhar, na constituição de um corpo pesquisadora-trabalhadora num Abrigo Noturno para População de Rua, onde atuamos como psicóloga, acompanhamos, intervimos e conhecemos os processos a partir dos quais as pessoas que necessitam/desejam o acolhimento da política de assistência social vão se tornando pop-rua.

Neste pesquisar-trabalhar, encontramos, durante o jantar, durante os jogos de dominó e dama, no portão, no tocar do violão, no atendimento individual, nos grupos, pessoas

diversas e, por meio desses encontros, um diário de campo foi sendo tracejado. Entendemos que o diário é um dispositivo de pesquisa forjado pelo encontro. Não há diário sem encontros. Nele escrevemos, tracejamos pensamentos, desagüamos sentimentos, e passamos a estranhar o mundo de dentro. Com ele, nos damos conta do que nos habita de maneira opaca e que se encontra em vias de nos *performar*. De acordo com Tavares e Francisco (2016), escrever um diário de campo nos leva a ultrapassar a nós mesmos, de modo a abrir passagem a vozes que nos atravessam, mas que não são intimamente nossas, apesar de serem compostas por nós, são vozes coletivas.

Outro instrumento-dispositivo que utilizamos na pesquisa foi a entrevista. É importante sinalizar, como apontam Tedesco et al (2013), que o manejo cartográfico da entrevista é uma ferramenta eficaz na construção e acesso ao plano compartilhado da experiência. Desse modo, a entrevista que acontece como intervenção, requer a ampliação do olhar e da escuta para além da busca por um saber pré-estabelecido, não limitada ao conteúdo das informações e da representação de objetos, mas interessada em acompanhar a processualidade do dizer, as suas variações, irregularidades, imprecisões, possibilitando que o plano coletivo de forças e a potência de criação venham à tona. Portanto, a entrevista não visa à “fala ‘sobre’ a experiência e sim a experiência ‘na’ fala” (TEDESCO et al, 2013), já que a fala é considerada a própria emergência da experiência. A entrevista se configura como uma conversa menos formal, menos montada, que visa fomentar a movimentação e coletivização das questões investigadas, de modo a produzir a criação de novos sentidos e ideias.

Os encontros delinearam os caminhos possíveis da pesquisa. Dessa forma, trazemos aqui narrativas constituídas nos encontros. Narrativas que por elas mesmas nos forçam a pensar, sentir (muito antes de perceber) a vida de pessoas que experienciam a cidade por

suas ruas e que passam pelo Abrigo Noturno, e que diz de políticas de existência forjadas em nossas práticas cotidianas e atualizadas nas políticas governamentais. As narrativas, como experiências a serem compartilhadas, provocam muitas inquietações, estranhamentos, surpresas, movimentos de criação e de transformação.

Operamos nessa pesquisa-intervenção uma política da narratividade, isto é, definimos uma posição narrativa para expressar o que acontece e o que se passa, no que diz respeito ao mundo e a nós mesmos (BARROS; PASSOS, 2009). Assim, a nossa escolha narrativa não se pauta numa atitude representacional que considera o conhecimento como reconhecimento de uma realidade que já está dada, buscando representar a realidade de forma fidedigna. Não visamos um discurso imparcial que se utiliza do uso da terceira pessoa com vista à neutralidade ou transparência, em que se fala sobre um objeto buscando sua descrição.

Com Moraes e Arendt (2013), não visamos à narrativa última e definitiva acerca da população em situação de rua, nem um padrão único ou uma totalidade, mas buscamos a multiplicidade a partir da proliferação de conexões locais, de narrativas locais, menores, parciais. A esse respeito, Haraway (1995) afirma que o conhecimento é sempre parcial e situado, sendo a visão geral ou universal um conhecimento de lugar nenhum. Assim, o conhecimento localizado nos traz o grande valor de “definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos” (p. 22), além de possibilitar a busca da perspectiva daqueles pontos de vista que nunca podem ser definidos de antemão, ou seja, conhecimento que se faz potente para construir mundos menos organizados por eixos de dominação.

Desse modo, fomos olhando mais de perto as histórias, mergulhando na vida para aí ver algo novo, o nascer/acontecer de outros mundos. Buscamos que as histórias dos modos

de existir tornados invisíveis pela *História Oficial*, às experiências infames, das margens, sejam ditas, escritas, para talvez engendrarem movimentos de resistência novos, outros e potentes.

Dessa maneira, seguimos as ações e os seus rastros, tomando os outros com quem pesquisamos como coautores e não como objetos passivos da pesquisa. Para isto, o processo de pesquisar foi composto por algumas ações: a realização da entrevista, a construção do diário de campo com base nas vivências no Abrigo Noturno, a construção das narrativas, a restituição aos participantes dos nossos escritos e sua re-elaboração conjunta entre a pesquisadora e o participante. A restituição dos escritos visou disparar novos efeitos, promovendo a construção de novos enunciados coletivos. Tal “validação” não se reduz, portanto, à confirmação ou refutação dos dados colhidos e restituídos. Ela transforma numa situação diferenciada o dispositivo de coleta de dados, isto é, numa oportunidade para podermos retomar, reavaliar e mesmo impulsionar os processos relacionados às problemáticas do cotidiano que a pesquisa aborda. De fato, esse foi o processo de elaboração de narrativas como a própria experiência.

Nessa direção, iniciamos a construção do processo de pesquisar-trabalhar a partir do caminhar junto, estando lado a lado, e aos poucos fomos deixando de ser estrangeiros nesse “admirável” mundo novo da população em situação de rua.

Como a pesquisa foi sendo fabricada junto com nossos primeiros passos como psicóloga do Abrigo Noturno para População de Rua, à medida que ia me apaixonando pelo trabalho verbalizava para a equipe (coordenação, assistente social e educadores): “acho que vou construir minha pesquisa aqui!”, e essas falas eram sempre acolhidas pela equipe com muita receptividade. Quando tive a certeza da mudança do objeto de pesquisa, só encontrei acolhimento e disponibilidade. Isso se estende à gestão do órgão

conveniada que realiza a execução terceirizada e a SEMAS-PMS, que autorizaram por escrito a realização da pesquisa.

Durante os atendimentos no cotidiano de trabalho, me apresentei como pesquisadora-trabalhadora e informei os objetivos da pesquisa, de modo que os participantes permitiram e favoreceram a realização da pesquisa, entendendo que a foram construindo junto conosco.

Fomo-nos aproximando dos usuários do Abrigo Noturno, seguindo as pistas da atenção, entendendo que essa se constitui numa pista importante na formação desse corpo que aprende a ser sensível. Segundo Masschelein e Simons (2014) estar atento não significa estar preso a uma intenção, um projeto, uma perspectiva, que encerram o presente em uma representação. Kastrup (2009) aponta que a atenção deve buscar detectar signos e forças que circulam, pontas do processo em curso, a partir de uma concentração sem focalização, uma “atenção à espreita” (KASTRUP, 2009, p. 33), que acompanha as linhas, os mapas de intensidade. Uma atenção que suprima o julgamento e que implique uma espécie de espera, de paciência, acolhendo o que lhe acomete, o inesperado, não buscando algo definido, mas tornando-se aberta ao encontro, em um gesto de deixar vir, se desdobrando na qualidade de acolhimento e encontro. Assim, fomos rastreando o campo, com a nossa atenção aberta e sem foco. E à medida que nos fomos lançando e tateando o campo, conhecemos os três participantes coautores da pesquisa. A nossa atenção foi tocada. Tocada pela força de afetação das histórias dos participantes que se colocaram em relevo.

O relevo não resulta da inclinação ou deliberação do cartógrafo, não sendo, portanto, de natureza subjetiva. Também não é um mero estímulo distrator que convoca o foco e se traduz num reconhecimento automático. Algo acontece e exige atenção. O ambiente perceptivo traz uma mudança, evidenciando uma incongruência com a situação que é percebida até então como estável. É signo de que há um processo em curso que requer uma atenção renovadamente concentrada. O que se destaca não é propriamente

uma fibra, mas uma rugosidade, um elemento heterogêneo. Trata-se aqui de uma rugosidade de origem exógena, pois o elemento perturbador provém do ambiente. [...] A atenção é tocada nesse nível, havendo um acionamento no nível das sensações e não no nível das percepções ou representações de objetos (KASTRUP, 2009, p. 42).

Nesse sentido, o tocar e ser afetado por essas histórias nos guiou ao gesto de pouso, a nossa percepção realizou uma parada e fizemos uma espécie de zoom não focalizado, uma vez que nossa atenção abriu-se para o inesperado.

Guiados pelo ato de conhecer atento, com essa parada da nossa percepção, fomos levados, com Kastrup (2009), a ter uma atitude investigativa de “ver o que está acontecendo”, a partir de um olhar tátil.

Fizemos então o convite inicial aos três participantes: Dayse, José e Daniel. Conversamos sobre a proposta da pesquisa-intervenção, bem como sobre os objetivos da pesquisa. Dayse e José aceitaram prontamente. Apesar de ter explicado aos participantes sobre o sigilo e a manutenção da privacidade na pesquisa, Daniel pediu para pensar, não sabia se gostaria que sua história fosse contada para tantas pessoas. No dia seguinte ao convite, Daniel nos procurou e expôs que iria participar, porque depois de muito pensar, achou que não tinha que ter vergonha de ser usuário de drogas e que estava tentando uma redução do uso de substâncias psicoativas.

No processo de pesquisar-trabalhar, encontramos-nos ainda com Mizá. Sua saída do serviço foi repentina e por isso não pudemos conversar com ele sobre a pesquisa. Acontece que Mizá nos legou uma experiência intensa, cuja força narrativa nos impele a contar, uma vez que está impregnada em nossos corpos.

Com José realizamos duas entrevistas, no próprio Abrigo Noturno, na sala de atendimento da equipe técnica. Percebemos que usar um gravador seria um auxílio importante. As entrevistas duraram em média 1 hora e 20 minutos, sendo gravadas com

a ciência e autorização do José. Não fizemos nenhum roteiro, mas fomos norteando a entrevista a partir de questões percebidas e vivenciadas ao longo da pesquisa-trabalho. Mas, a todo o momento, a entrevista foi sendo guiada muito mais pelo surgimento de temáticas que emergiram a partir das conversas com José, já que suas questões e inquietações nos fizeram deixar vir experiências, sensações e análises.

Com os outros dois participantes, Dayse e Daniel, fomos registrando nossas sensações e vivências nos encontros realizados nos locais do Abrigo Noturno e nos momentos do atendimento, no diário de campo, e utilizamos essas anotações para compor as narrativas.

De acordo com nossa aposta nesta dissertação, não queremos, em nome de um “código de ética”, apagar os nomes dos nossos companheiros de pesquisa. Entendemos que seus nomes compõem suas histórias, seus contextos socioeconômicos, seus corpos, seus sangues, suores e lágrimas. Sabemos que a questão da presença do nome dos participantes da pesquisa, por outro lado, pode trazer constrangimentos que não queremos para ninguém. A saída disso, que parece uma cilada, não é fácil e entendemos que nunca será única. Acreditamos que toda saída construída será sempre provisória e contingente. Então, aqui, propomos uma nomeação que permita aos nossos companheiros aparecerem de modo interessante, com a riqueza dos afetos que nos moveram nos encontros com eles. José, nome bíblico forte, é o rei dos sonhos, homem sábio, e também nome de muitos e muitos brasileiros sábios e sonhadores. Daniel, aquele que escapou da cova dos leões, parecia fraco e covarde, mas mostrou do que é capaz aquele que confia e acredita. Mizá, personagem bíblico rancoroso, que apresenta desespero e terror, chefe de uma tribo, não nos deixará esquecer o horror da escravidão. Dayse escolheu seu nome, ela sempre desejou ser chamada assim. Nós a agradecemos por nos permitir realizar esse desejo.

3. A DIMENSÃO PÚBLICA DA POLÍTICA: O AFETO

Os caminhos vividos para se chegar à produção dessa dissertação foram intensos, percorridos lado a lado, a pé, vendo, sentindo, ouvindo, tocando, sendo tocada, sendo tombada e transformada durante todo o processo, e vale aqui localizar o leitor acerca desse percurso. Faz-se aqui importante também mencionar algumas apostas que se configuram na produção deste trabalho.

Imergimos no campo como pesquisadora-trabalhadora, buscando abrir mão de modelos prontos e nos lançamos em uma nova aposta: a de acreditar e vivenciar que são nos encontros que nos constituímos e que construímos nossos campos problemáticos, nossas pesquisas. Com Silva (2016), faremos uso do termo “apostar”, como um conceito operacional para falarmos de trabalho nos serviços públicos, isto é, esta proposição que se faz a partir de uma ação - de apostar *com o outro* – apostar no encontro expressa a *ação realizada com o outro* como possibilidade de produção do real ou de invenção de uma dimensão pública das políticas de assistência social. Esta dimensão política da *ação com o outro* está inserida nas lutas cotidianas que são imediatas e infinitas, e exige de nós “gastar a vida que transborda” (SILVA, 2016, p. 16), a partir de um investimento de tempo e de força vital para a construção de uma assistência social criativa e resistente.

Nessa caminhada, a partir do mergulho no campo e dos encontros nas orientações que aconteciam coletivamente, experimentamos encantamentos, alegrias, tristezas, desafios, e fomos aprendemos que

[...] as questões fabricam-se, como qualquer outra coisa. Se não nos deixam fabricar as nossas questões, com elementos vindos de toda a parte, não importa de onde, se apenas nos são "colocadas", não temos grande coisa a dizer. A arte de construir um problema é muito importante: inventa-se um problema, uma posição do problema, antes de se encontrar uma solução (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 11).

Em meio à proposta de invenção de uma dimensão pública da política de assistência social, vamos contrapor o conceito tradicional de metodologia, que antecipa e predetermina o campo ou um caminho que deve ser seguido, propondo para além de uma metodologia, uma atitude, um posicionamento, uma aposta na experimentação. As experiências vivenciadas nos encontros foram trazidas e analisadas, porque entendemos que isso também compõe o trabalho de pesquisa. A experiência aqui não é considerada como algo a que se possa atribuir julgamento de valor, mas é valorizada como algo que se vivencia e do qual se sai transformado. Nesse sentido apostamos num modo de fazer pesquisa que é inventado enquanto se faz, sendo que o que conta nesse caminho de pesquisar é o meio, não o início, nem o fim (DELEUZE, 2004).

É nesse sentido que apresentaremos neste trabalho produções contingentes e provisórias fabricadas em determinados encontros. Dizemos em “determinados encontros” porque são experiências compartilhadas em localidades e situações específicas de uma rede. Desse modo são contingentes e provisórios seus efeitos, mas nem por isso são banais ou desimportantes. Todo efeito de localização remete ao global (que sem o efeito de localização é indiscernível - um lugar nenhum, como nos disse Haraway) e toda ação situacional diz de uma localização na rede de conexões mais amplas. Daí importa cada encontro, cada conexão, cada “meio”.

Fazemos a proposição de que o “público” é exatamente este meio, esta conexão contingente e provisória, mas que liga, que vincula, que aciona uma rede rizomática de elementos heterogêneos. Assim, o público não se trata de um conjunto de pessoas, de uma categorização de grupo de sujeitos, de uma dada sociedade, muito menos de uma propriedade ou uma ação estatal.

Falar da dimensão pública da política de assistência social é perseguir exatamente aquilo que uma dada política de governo favorece de encontros, conexões, vinculações que produzam movimentos de transformação, de constituição de um corpo mais articulado com a rede conectiva.

Entendemos que as políticas governamentais, ainda que possam ser inventadas por meio de relações em diversos níveis entre o Estado e a Sociedade Civil, diz de investimentos estatais em estratégias, diretrizes, serviços e recursos que visam a resultados específicos (SPOSITO; CARRANO, 2003). Por este viés, é preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Mas também é preciso que nos perguntemos se há políticas que são exclusivamente, inteiramente públicas, ou eternamente públicas...

Com Benevides e Passos (2005) somos convocados a pensar que política diz respeito a relações de poder, sendo assim, é indispensável a tarefa de pensar a posição e a importância conferida ao Estado na definição do diagrama do poder. Na década de 70, Foucault (1979c) faz a subversão da série tradicional “Estado-governo-política pública”. A torção dessa lógica, em que o Estado seria a instituição primeira de onde se origina o governo, está colocada na inversão dos fatores, onde o governo, pensado como exercício de poder, é que se organiza como campo que tem a máquina do Estado como seu operador, com os projetos de governo e as políticas “públicas” governamentais, nos indicando uma dispersão do poder no plano das artes de governar.

Na modernidade, o poder se desloca no que tange a seu alvo e a seu modo de operar. Nas artes de governar, a partir do século XVI, há uma substituição da transcendência e da uniformidade do poder do soberano pelos múltiplos exercícios de poder e pela sua imanência na nação, na família, em si mesmo, isto é, nos diferentes objetos e nas coisas

governadas. A distância que outrora existia entre quem exerce o poder e quem o sofre já não se faz mais.

A imanência desse plano na modernidade faz com que os termos ativo e passivo se distingam, mas não se separem, compondo um regime de poder cuja palavra de ordem se anuncia numa voz reflexiva: governa-se, governe-se. O poder se assujeita na medida justa em que se subjetiva. Assujeitar e subjetivar são, portanto, ações distintas, porém inseparáveis no exercício do poder da modernidade (BENEVIDES E PASSOS, 2005, p. 565).

Nesse sentido, podemos perceber que o exercício de poder tem caráter multivetorializado, não tendo mais uma fonte única de incidência. Apesar do Estado não ter mais a primazia de centro do poder, ele ainda permanece como um dos pontos de referência na constituição do que Foucault (1979c) chama de governamentalidade, isto é, plano multifocalizado em que temos três referências para as práticas de governo: Estado, família e si mesmo. Entendemos aqui que “é em um regime moderno de governamentalidade que o governo político se faz na referência ao Estado em sua relação com a dimensão pública das políticas” (BENEVIDES E PASSOS, 2005, p. 565). Aqui os autores indicam uma nova série que se configura como: governo-Estado-política pública.

Ao falarmos das Políticas de Assistência Social, nos deparamos com a máquina do Estado e seus mecanismos estratégicos do poder que se expressam em programas, projetos, instâncias e esferas de governamentalidades. Somos atraídos e capturados pela complexidade dessa máquina, que absorve e interioriza as linhas de capilarização do poder, apesar de, como vimos, não ser a fonte de onde emanam essas linhas.

Contudo, Benevides e Passos (2005) nos indicam, a partir da experiência, que essas linhas não se dobram apenas para dentro, pois existe algo que insiste em resistir a essa interiorização e que faz com que a máquina do Estado se abra para o que é seu fora, em sua exterioridade. Os autores chamam esse fora de plano coletivo, plano onde as

políticas públicas se constroem de fato. Os autores nos auxiliam a seguirmos na direção de uma proposta de operar nesse limite do fora, na exteriorização das forças da máquina do Estado, afirmando que, é na orientação das ações governamentais que podemos forjar políticas públicas, abrindo caminho para os modos de vida éticos. Assim, entendemos as políticas públicas como o que se produz no plano coletivo, no plano da experiência coletiva, nos encontros que constituem o sentido público das políticas que também atravessam o Estado.

Benevides e Passos (2005) nos falam acerca do desafio de que falar de saúde pública é também falar de protagonismo e da autonomia dos usuários. Na assistência social tal desafio também se faz, e nossa aposta segue no sentido da produção de um trabalho coletivo, de uma assistência social que acessa as singularidades, pensando o “direito construído na experiência concreta dos homens ou de um homem qualquer” (p. 569). É na dimensão da experiência concreta – e não de um ideal transcendente, que opera na formatação de uma realidade a partir de um padrão que nunca se efetiva, mas que se coloca como ideal a ser perseguido – que podemos encontrar a dimensão coletiva do processo de constituição do homem da ética, do homem livre, autor de sua própria história, por isso “cidadão”.

Caminhamos então para a insistência na ideia de que não há uma imagem definitiva e ideal de Homem. Assim nos resta a incitação a um processo de produção de novos territórios existenciais, que nos guie a uma reinvenção da nossa humanidade, que não se pode fazer sem uma construção de outros modos de vida, de novas práticas que insistam no plano do coletivo, onde a política se consolida como experiência pública. É quando nos encontramos e nos percebemos como forças que se enredam no coletivo. É no coletivo que produzimos “redes afetivas e parcerias amorosas, capazes de ligar o singular ao múltiplo” (MONTEIRO *et al*, 2006, p.12).

Se trazemos a ideia de cidadania para falarmos de sujeitos livres, não o fazemos adentrando no terreno da normatização, da jurisdicionalização ou judicialização⁵, próprias da maquinaria do Estado, de sua governamentalização, que operam pela interiorização das forças, segmentarizando suas linhas em formas de saber. Em vez disso, buscamos exteriorizar as forças que constituem a cidadania remetendo-as à alteridade, aquela dimensão da experiência vivida na qual se faz uma produção permanente de diferença, sendo seu efeito a produção de um mundo cada vez com maior complexificação. A abertura para a alteridade implica também uma conquista e mudanças significativas nas subjetividades.

Quem nos ajuda a pensar a cidadania como abertura à alteridade é Rolnik (1995), que indica a fundamental tarefa de suportarmos o caos, próprio da dimensão invisível da alteridade. Isto quer dizer da urgência de suportarmos o fato de que não somos um corpo isolado, que funciona igual a si mesmo, não somos uma identidade na qual nos reconhecemos, mas somos para além dessa individualidade um processo permanente de subjetivação, em que os contornos do campo em que nos reconhecemos mudam. Essa abertura à alteridade depende de suportarmos, então, a violência das diferenças que se engendram na dimensão invisível das singularidades, sem fazer sua associação ao perigo da destruição, para que desse modo o caos não seja portador do terror.

Abrir-se para essa realidade da dimensão do invisível, isto é, uma abertura que se opera na subjetividade para um aquém e um além do eu, implica uma abertura do próprio pensamento, de modo a conquistar outro tipo de prática do pensamento, que seja um

⁵ Lemos et al (2014) apontam que a judicialização acontece quando a lei se sobrepõe à norma nos processos de subjetivação atuais, na máxima valorização das encomendas ao Poder Judiciário nas questões mais simples e mais corriqueiras de nossas vidas. Nesse sentido a judicialização da vida pode ser compreendida como a produção de subjetividades aprisionadas, moralizantes, que operam a vigilância e o julgamento a si mesmas e às demais, o que fortalece as biopolíticas que homogeneízam e delimitam os modos existenciais.

acesso ao invisível processo de diferenciação que nos constitui, e não simplesmente uma mudança de “concepção”.

Rolnik (1995) nos convida ao trabalho de pensamento que não se restringe às condições impostas por uma “consciência totalizante/totalitária” (p. 6), que se associa à representação de um eu dado, naturalizado. Ela atribui à consciência o estatuto de dimensão da subjetividade que nos guia sendo um instrumento de conhecimento do visível, ou seja, a partir dela conhecemos, através da representação, o mundo já dado. Por outro lado, o inconsciente é a dimensão da subjetividade onde se produzem as diferenças, dimensão mergulhada no caos, no invisível da alteridade, que tem como efeito o desassossego. O inconsciente, como dimensão invisível é, desse modo, essencialmente o lado de fora, a dimensão das singularidades globais, da diferença, que nos habitam.

A consciência pode ou não se deixar desestabilizar pelos efeitos da produção da diferença, porém não pode alcançar o invisível dessa produção. Nesse sentido, uma consciência torna-se totalizante/totalitária quando não se deixa desestabilizar pelas diferenças, e o trabalho do pensamento fica então a serviço da reprodução do eu, especialmente de sua figura atual, que é tomado como sendo a natureza toda da subjetividade.

Assim, Rolnik (1995) nos diz que é somente no trabalho da consciência de se deixar desestabilizar pelas diferenças que há a ativação no pensamento da potência de alcançar o invisível. Tal tarefa ética vai depender então de uma incorporação à prática do pensamento da apreensão por sensação, por afeto, que é o que lhe dá acesso ao inconsciente. É por meio de tal prática de pensamento que criamos universos de referência para novos modos de vida a partir de processos de localização.

O que estamos chamando de prática do pensamento consiste, portanto, num trabalho que opera a passagem entre a consciência e o inconsciente, a representação e a sensação (os afectos), o atual e o virtual, os territórios existenciais e o caos – em síntese, pensar consiste fundamentalmente em fazer a passagem entre a realidade visível e o que se passa à sua sombra (ROLNIK, 1995, p. 6)

Ao falar de sombra, a autora se refere a um mergulho no invisível das sensações, que não tem a ver com representações até então ocultas – já que a diferença, a dimensão das singularidades puras, é indiscernível, pois não contém formas–, mas tem a ver com uma necessidade de operar com cartografias para dar passagem a novas formas de expressão que até então inexistiam. Isto se dá na experiência, ou mais, é a própria experiência da qual procuramos tratar nesta dissertação.

Dayse me contou que dois antes de ir embora, José havia comentado com ela que estava participando da pesquisa e que iria à apresentação da qualificação. Ela contou que a saída repentina de José, sem se despedir, foi motivada pelo fato de que ele estava se sentindo pressionado pelos outros assistidos do Abrigo, pois estava “cheirando mal”, devido há dias sem tomar banho. Disse que José mencionou que preferia ir “morar debaixo da ponte”. [...] Dayse disse que havia encontrado José no Parque da Cidade e, com uma fala carregada de tristeza disse que ele estava como um “mendigo”, “com os pés todo preto, com a roupa toda suja” e afirmou para ela que “estava muito feliz, que nunca esteve tão feliz”, pois se sentia “livre”, podia “dormir e acordar na hora que queria” (Diário de Campo, 30/09/2016).

Esse convite de Rolnik (1995) para uma mudança na prática do pensamento se faz pertinente e desafiador no processo de pesquisar-trabalhar. Estamos aqui sendo convidados a mudar o estatuto de nossa consciência totalizante/totalizadora, para ativar a sua potência de se deixar desestabilizar pelas diferenças, ativando o vetor do que ela propõe a chamar de “homem da ética”, que chamaremos, por meio da narrativa da experiência, de modo de vida ético. Esta experiência, então, é aquilo que constitui o modo de vida ético. Este é o vetor que transita no invisível, é ele que guia nossas decisões de modo que elas nos permitam encarnar as diferenças em um novo modo de existência, é ele que nos leva a escolhas que selecionam o que favorece e o que não

favorece a vida, sendo aqui o critério para tal a afirmação da potência criadora da vida: o modo de vida ético no sentido em que opera nossa existência como obra de arte.

No pesquisar-trabalhar, escolhemos essa ativação do modo ético, que se dispõe e deseja acolher o apelo de uma necessidade de criar que se coloca no campo invisível dos afetos. Somos convidados a ativar a potência de nos deixar atacar pelas turbulências provocadas pelas diferenças e digeri-las.

Rolnik (1995) nos deixa claro que os modos de subjetivação são composições variadas dos vetores “homem da ética” e “homem da moral”, que se ativam em diferentes graus. Funcionamos assim com esses dois vetores ao mesmo tempo. O homem da ética, a cada aparecimento de uma diferença, vai dando seus saltos, e o homem da moral vai sendo sacudido em sua paisagem estável, da qual ele rotineiramente é o guia turístico, e se vê então impelido a aprender a funcionar numa paisagem que desconhece, o que traz o desassossego.

Alcançar uma coexistência pacífica desses vetores é impossível, trata-se mesmo de “suportar o caráter necessariamente tumultuado dessa co-ativação. Suportar esse desassossego traz uma espécie de suavidade: a suavidade de poder depor as armas, relaxar o plantão” (ROLNIK, 1995, p. 11).

Na busca dessa ativação do modo ético, vamos seguindo as pistas das afetações, que se dão sempre em um corpo, que estão em vias artesanais de fabricação de mundos, porque entendemos que são nelas que podemos vislumbrar a dimensão pública, sempre transitória, como plano imanente no qual se engendram as conexões/vinculações.

É com o corpo que pesquisamos. Seguindo as pistas de Bruno Latour (2007), para cartografarmos o plano coletivo das forças e caminhararmos na dimensão pública da

política de assistência social, é preciso compreender que o corpo não está dado, fechado e isolado, não se trata do corpo máquina, duro e rígido, ele possui fronteiras permeáveis, se forma na abertura aos afetos em trânsito. Ter um corpo é aprender a ser afetado, a pensar, a abrir-se àquilo que o põe em movimento para constituir-se com a experiência. Essa é uma aprendizagem progressiva que se constrói a partir da disponibilidade para o desconhecido, para tocar e ser tocado, da sensibilidade daquilo que é feito o mundo, requer tempo, respiração, atenção, articulação.

Latour (2007) utiliza proposições para descrever aquilo que é articulado. Nesse sentido, o autor *propõe* que o sujeito articulado é alguém que aprende a ser afetado. É no processo de afecção que o corpo vai se constituindo, isto é, sem afecção não há corpo. Para Latour (2007), a afecção é aquilo que produz efeito nos corpos. Tal processo de adquirir um corpo, então, não está dado antes do afeto. Moraes et al (2009) apontam que essa afirmação nos diz da maleabilidade e da multiplicidade do corpo, ou seja, da variabilidade de sua “aquisição”. São nas conexões e afecções com o mundo que o corpo se constrói, e são as afecções que efetivamente possibilitam as conexões, na medida em que nos deixamos, de acordo com Serres (2001), tatuar pelo mundo. Assim, adquirir um corpo é se constituir como relação, conexão, a partir de um afastamento de “si mesmo”, ou seja, da consciência, para que haja uma constante produção de sentidos por meio do registro e da sensibilidade à diferença.

Latour (2007) nos diz que quem não se envolve nessa aprendizagem fica insensível, mudo, morto. Ao trazer essa definição de corpo, o autor usa a frase de William James: “O corpo em si é a principal instância do ambíguo” (James, 1996 [1907] apud Latour, 2007, p. 39), e a interpreta dizendo que quando nos concentramos no corpo somos conduzidos imediatamente àquilo de que o corpo se tornou consciente. Latour (2007) busca a ideia de James para falar da indeterminação da emoção no corpo, porque o

corpo é indeterminado, ele é interface, ele é objeto e é sujeito. Esse corpo como *entre*, isto é, uma interface que diz de uma experiência que se dá exatamente no “entre”, no encontro *entre* duas ou muitas coisas, é sempre uma zona de indeterminação, uma dimensão sensível pré-individual, porque nós vamo-nos fazendo a partir dela, com ela, por meio dela. É, então, através dela que nós vamos ver, falar, sentir... Ela força o pensamento, por isso a experiência se constitui com o corpo, é corporificada, ou seja, a experiência é sempre do corpo.

Rocha (2010) nos auxilia nessa conversa quando traz problematizações da concepção tradicional de se pensar a emoção como um conjunto de reações fisiológicas passivas a estímulos recebidos ou a certas situações. A autora apresenta algumas ideias de Willian James que nos ajudam a ampliar essa discussão.

Rocha diz que James, em sua teoria das emoções, defende que os estados mentais não estão separados de suas manifestações corporais, isto é, para James, a percepção já se mistura com a emoção, e não parece se conceber dissociada de sua expressão corporal. Ele exemplifica dizendo que se fossem separados poderíamos ver um urso e analisar previamente se deveríamos ou não correr. Se tentarmos conceber o medo sem as perturbações viscerais, cardíacas ou respiratórias, sobrarão apenas julgamentos abstratos. Assim a autora menciona que James afirma que “o que o corpo pode dizer só faz sentido em sua relação com o mundo” (2010, p. 367). Aqui, continuamos a nossa afirmação de que o corpo não existe de forma isolada, ele vai se constituir a partir das muitas experiências em que a emoção comparece necessariamente.

De acordo com Rocha (2010), o que interessa para James no estudo sobre as emoções não são as cansativas descrições das suas manifestações orgânicas, que não apontam para nenhum lugar. O que ele procura no estudo, em vez de narrações descritivas, é o

que as emoções “nos permitem partilhar, dividindo um mundo comum” (p. 367). Para James, então, as emoções não existem separadas de um encontro, de uma relação, que nos faz criar novos mundos a partir das indeterminações ou das singularidades que emergem daí, que por sua vez, poderão provocar emoções novas, inesperadas, produzindo novos atos de criação.

Nesse sentido, entendemos com James que é a partir de “um encontro *entre* o corpo e o mundo, que a emoção ocorre, e não a partir de um sujeito ou uma interioridade” (ROCHA, 2010, p. 367-368).

Rocha (2010) menciona que numa fase mais madura e filosófica James aborda a “experiência como inseparável, em sua gênese, de uma sensação” (p. 368). Assim, a experiência, que antecede a consciência, se desdobra num movimento de incessante conhecimento e criação. A emoção, que se dá na zona da indeterminação, no corpo, nos força a buscar sentido, é essa indeterminação que nos move a entender o mundo, a dar voz e contornos ao acontecimento que ocorre no entre, no encontro.

Apesar de termos buscado sustentar uma prática que criou aqui nessa experiência bons vínculos com Mizá, os efeitos produzidos em nosso corpo foram múltiplos: sensações de apreensão e incerteza percorrem toda a nossa pele, estamos esfacelados, padecendo a dimensão do acontecimento. Cansaço, sensação de impotência, tristeza. Vemos que essa pesquisa-trabalho exige de nós a ativação da potência de nos deixar atacar pelas turbulências provocadas pelas diferenças e digeri-las. Mas às vezes ficamos entalados. Exige a produção de corpos capazes de suportar os afetos e de nos deixarmos tombar por eles, mas em alguns momentos, o tombo é grande, é difícil se pôr de pé. Sustentar essa prática exige esse corpo que resiste. Que insiste. Apesar do desassossego (Diário de Campo, 10/08/2016).

Propomos então a aquisição de um corpo que se constitui de forma progressiva, que produz ao mesmo tempo um meio sensorial e um mundo sensível, que se constitui na caminhada, ao dar passos, ao mover-se na direção da criação, da exploração de novas formas de ver e abrir novos horizontes. Masschelein e Simons (2014) indicam, com

base nos estudos benjaminianos, que a “caminhada” está associada com o olhar, com a abertura dos olhos para uma nova visão, com o deslocamento do olhar para que possamos ver de uma maneira diferente, para que tornemos o mundo visível, ou seja, para que as coisas distantes, os espaços abertos, o mundo global, possam tornar-se perspectivas que se abrem no caminho, de maneira que sejamos transformados enquanto somos afetados pelo que vemos. Nesse sentido, o pensamento benjaminiano nos convida a caminhar a pé com o nosso corpo. Diferentemente de quem sobrevoa o caminho e apenas o observa de longe, olhando tudo como homogêneo ou indiscernível, percorrer o caminho a pé nos leva a experimentá-lo e a sentir como algo nos aparece, como algo se presentifica, como o mundo vai se tornando rico de detalhes, heterogêneo, múltiplo, complexo à medida que tocamos e somos tocados. Este é o efeito de localização que nos conecta/vincula numa rede inesgotável de sensações/afecções. “Caminhar a pé” nos possibilita que fiquemos expostos diante do presente e possamos permitir que o caminho nos submeta e contagie a alma, ao mesmo tempo em que nosso olhar se liberta. Assim, caminhar é um aprendizado a partir de um exercício que envolve uma atitude-limite que pode nos mudar, aumentando a atenção que permite a experiência.

Tem pessoas que desejam sair dessa condição deplorável que a gente vive, mas a realidade dela não oferece saída, entendeu? Parece que a realidade dela entorpece toda a sua esperança, a sua mobilidade, como eu já te falei, entre nós existe uma linha, você tá aí, eu tô aqui, ou é aí ou é aqui, eu tenho certeza absoluta que intelectualmente você tá entendendo absolutamente tudo que eu tô te dizendo, mas é só intelectualmente, não vai passar disso, se você passar alguns dias, se você andar com essas pessoas, o seu olhar vai ser diferente, talvez você vai conseguir fazer o que eu não estou conseguindo, que é nomear, meu empenho no momento é sair disso aqui... alguma coisa de mística nos prende aqui, eu tô chamando de mística porque eu não sei o que é, nos prende nisso, e você só vai conseguir entender isso, não estou dizendo pra você deixar sua casa, seus afazeres, seu trabalho, não, mas

“você entende ‘aí’ (no sentido de lugar) intelectualmente, se você não andar com essas pessoas, se você não vivenciar alguma coisa ali, vai continuar ambíguo para você, ambiguidade é isso, fica alguma coisa no ar, eu tenho certeza que alguma coisa que você tá ouvindo de mim aqui vai ficar no ar, se você fizer o que eu estou lhe dizendo, se você passar umas horas na semana, muita coisa vai ficar super ambígua nos primeiros dias, nas horas, mas depois você vai entendendo como é que é...” (José, 2016, Entrevista Gravada)

A experiência é o que nos “passa”, o que nos acontece, o que nos toca (BONDÍA, 2002). Não é uma informação, nem uma opinião, nem deve ser confundida com trabalho. A experiência

requer um gesto de interrupção, um gesto quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (BONDÍA, 2002, p. 24).

O sujeito/corpo da experiência é um sujeito “ex-posto”, isto é, ele se “ex-põe” com tudo o que isso tem de vulnerabilidade e de risco. Ele se encontra com algo que experimenta, que prova, se expõe e atravessa um espaço indeterminado e perigoso, colocando-se nesse espaço à prova e buscando nele sua oportunidade.

Nessa direção, Bondía (2002) nos aponta que o sujeito/corpo da experiência seria como um território de passagem, como uma superfície sensível, em que o que acontece o afeta, produz afetos, inscreve marcas e efeitos. Esse sujeito não se define por sua atividade, mas por sua receptividade, disponibilidade e abertura, ele é um espaço que dá lugar ao que lhe chega, aos acontecimentos. E à medida que a experiência nos acontece e se apodera de nós, ela nos tomba e nos transforma, isto é, não permanecemos sempre em pé, nem estamos sempre seguros de nós mesmos, somos alcançados, derrubados, interpelados. O sujeito da experiência não alcança tudo aquilo a que se propõe, ou se

apodera daquilo que quer, porque é a experiência que, na medida em que se faz, de nós se apodera.

Daniel Stern (1992) nos fala de sintonia, fazendo referência ao compartilhamento de estados afetivos que ocorrem fora da consciência reflexiva, portanto, amplamente sem ser notada. Existem os afetos categóricos, como alegria, tristeza e raiva, que estão em uma dimensão modal, e os afetos de vitalidade, que estão em um plano de percepção amodal. Este plano antecede a diferenciação dos sentidos (ritmos, velocidades, intensidades e formas), comunica forças e é pré-reflexivo, podendo ser apreendido nos diversos modos sensoriais. As percepções amodais ajudam a integrar experiências ao serem “preenchidas” por afetos de vitalidade.

Cada processo de relacionar eventos constitui experiências distintas. O compartilhamento de experiências ocorre quando a percepção amodal atravessa e integra diversos sentidos, construindo uma experiência singular de mundo (emergência de eu/outro), a partir de um plano comum. Esses processos de sintonia, na medida em que criam um plano de experiência comum, permitem que haja confiança para agir no mundo (SADE et al, 2013, p. 286).

Diante do conceito de amodal, podemos entender que o regime de articulação dos afetos não é da ordem da identidade ou da representação. A sintonia do afeto diz, exatamente, de um plano comum, uma comunhão, a partir da qual somos *modulados*. A abertura do canal de comunicação-comunhão é indicada pela experimentação das propriedades que transbordam às pessoas e às coisas determinadas, o que cria experiências singulares, aprendizagem coletiva e o sentimento de viver junto uma experiência afetiva na construção de um conhecimento comum, a partir de um plano comum em que habitamos.

Assim, podemos dizer que nesta pesquisa-intervenção, em consonância com Sade et al (2013), buscamos estar abertos ao plano comum (amodal), exercitando nossas

percepções amodais para o desenvolvimento da confiança baseada na sintonia. Um senso de confiança, que emerge com a sintonia afetiva.

Nesse ponto, nos deparamos com outra pista a seguir em direção à construção de um corpo: a confiança. Palavra que remete à “*confiar* - fiar com, tecer com, composição e criação com outrem” (SADE *et al*, 2013, p. 283), e que nos auxilia na compreensão do sentido de abertura ao plano comum da experiência. Confiar na experiência significa confiar na potência dos encontros com e no campo e no processo de pesquisa, ou seja, confiar em alianças que se sustentam em zonas de indeterminação que nos lançam em trajetórias inventivas.

Podemos afirmar que os corpos-sujeitos éticos se constituem no encontro com o outro, na “relação com”. Deleuze (2002) aponta que a ética em Espinosa diz respeito à composição dos corpos, do poder de afetar e ser afetado pelos encontros que experimenta e relações que compõem no plano da imanência. Assim, apostamos na intensificação da experimentação, dos encontros, das relações, das alianças, da confiança, da potência, conforme Machado (1999),

[...] em lugar do Bem e do Mal como valores morais absolutos e homogeneizadores do campo social, apostar em bons encontros, em relações que venham aumentar nossa potência [...] A potência em lugar da impotência. Possibilidade de afetar e permitir-se ser afetado, onde o encontro produza ações que venham instaurar a vida e não simplesmente evitar a morte (p. 224).

Com Tristão (2015), entendemos que é preciso adquirir um corpo que não tema os encontros, os vínculos, as alianças. É por meio delas que produzimos questionamentos, inventamos novas proposições, mobilizamos as redes e fazemos a vida mais potente.

4. OS ENCONTROS

Como escrever as muitas sensações vivenciadas? As alegrias, as tristezas, os medos, as pressões... O entusiasmo com que era cumprimentada a caminho do Abrigo pelos usuários que ficam na mesma rua do Abrigo vigiando carro... A flor que o assistido colheu e nos trouxe... O assistido que gritou no portão ainda antes do horário de entrada e quando fomos ao seu encontro ele trazia uma sacola cheia de mangas para nos presentear... A alegria de ver um usuário depois de ter passado pelo Abrigo num momento de “recaída” e agora nos gritava na rua com um carrinho de picolé dizendo: “eu superei”! Como escrever os tensionamentos do assistido que pegou uma pedra e disse: “só não tacho esse pedra em vocês porque tenho muita consideração”? Angústias. Tombos. Cansaço. Lágrimas que expressam a frustração de um assistido que não consegue se inserir no mercado de trabalho. Encaminhamentos... O olhar perdido. As tentativas. As surpresas. As negativas. O encontro com a diferença. O pânico ao ver o sangue jorrando do assistido que acabara de ter um corte profundo no pé, causado com um facão por outro usuário do Abrigo. A sensação de impotência. A desconfiança. A confiança. Os sorrisos. Os tumultos. As brigas. As trocas de olhares. As disponibilidades. As transformações dos corpos.

No portão de entrada onde fica Dayse e entre a rua e o teto, entre as regras e as exceções, entre as chegadas e as partidas, entre os vínculos e as quebras, entre as perdas e os amores, entre os velhos e os novos, entre o romantismo e o ceticismo, entre as dores e as alegrias. Que olhar se constitui aí? Que camadas, que densidades, que texturas esse olhar vai podendo discriminar e articular?

4.1 JOSÉ E O SONHO DE OLHOS BEM ABERTOS

... Eu vou começar te fazendo uma pergunta que aparentemente não tem nada a ver com a situação: você gosta de carro?... que carro que você gosta?... Num primeiro momento soa uma coisa meio maluca assim, o que carro tem a ver com morador de rua? Tem tudo a ver, os carros, Bianca, se você for analisar, olhar os carros, o modelo de carros que a gente vê aí na rua, os carros da Grande Vitória, tem uma frota mais moderna do Brasil, aqui não tem carro velho na rua, mas o que isso tem a ver com o comportamento humano? Tem tudo a ver, o perfil dos carros é uma coisa muito formatada, muito igual... A cara é igual, a traseira é igual, eu percebo aí fora, por exemplo, que os carros não tem cor, as pessoas estão assim, a mentalidade das pessoas tá tudo igual e falta cor, aí entra um outro aspecto assim, tudo que eu tô falando aqui tá voltado pra morador de rua, minha situação aqui, as pessoas estão tristes, Bianca, a pessoa triste ela tende a não produzir coisas alegres, o mundo é triste, eu não sei ainda denominar isso tá... (José, 2016, Entrevista Gravada)

José tem 35 anos, é eletricitista. Tem muita habilidade com as palavras e gosta muito de dizê-las. Chegou ao Abrigo no mesmo mês que eu, junho de 2016. Foi uma das primeiras pessoas que atendi. José sentou e começou a nosso pedido a narrar um pouco de sua história. Morava em Vila Velha, ficou durante um mês em situação de rua no município de Vitória. Com os olhos marejados disse que abriu mão da casa que era dele e dos irmãos por não suportar vê-los “se matando” pela herança materna, e preferiu morar na rua. Com a voz firme foi dizendo que não desejava ter notícias da família, pois isto iria atrapalhá-lo, e ainda que o risco de seus irmãos matarem um ao outro é iminente. Um silêncio tomou conta de nós. José respirou, e prosseguiu dizendo que a situação é “irreversível”, e que não tem nenhuma “possibilidade familiar”. Contou que sua “religião é o pessimismo”, pois não tem perspectivas de melhora, não tem esperanças em nada, disse que estava “oco por dentro”, que nem consegue mais chorar.

Esse encontro nos foi desafiador, ainda começávamos a pisar nessa terra estrangeira, e ouvir a narrativa de José foi duro, uma vez que o corpo de José se mostrava ali fechado, sinalizando rigidez, devido às agruras que estava vivenciando. Alguns questionamentos nos inquietaram: como tocar um corpo – que ainda não é corpo - que se diz oco por

dentro? Como mobilizar/construir junto – na relação com José - abertura, disponibilidade, confiança - que possam produzir encontros potentes?

Outros encontros foram acontecendo com José, fomos nos colocando e vivenciando o inter-esse, isto é, a disponibilidade de estabelecer uma relação, com um simples cumprimento, um aperto de mão, uma conversa na varanda, no jantar e aos poucos fomos caminhando nessa aprendizagem de afetar e ser afetado na relação.

Em um encontro com José conversamos sobre a pesquisa que estava se tecendo, e o convidamos a falar do processo que tem vivenciado no seu cotidiano que engloba vivências no Abrigo, Centro Pop, cursos, entre outros, nos encontros que vêm se construindo. A conversa foi gravada a partir de sua permissão. Em outro momento, convidamos José para ler o que havia sido registrado da conversa. Em negrito estão algumas falas que ele acrescentou.

“... É aonde entra isso aqui, se essa pessoa já tem uma dificuldade natural, interna, de estima, de uma série de coisas que a priva de mudar se isso já atrapalha de ter uma nova chance, você acha que não é pior essa pessoa estar lá fora exposta lá...É mais arriscado deixar essa pessoa lá fora... essa casa aqui não é uma casa de recuperação não vai tirar ninguém das drogas, mas só o fato de não estar jogado na rua, por exemplo, é menos um dia exposto na possibilidade de cometer algo que cometia ou pode vir a cometer...a minha leitura coletiva da coisa...o que eu achei mais incrível na situação de rua, e assombroso isso, ir pra rua é uma decisão fácil **relativamente**, se sua casa não tá bem, se tá uma calamidade, a pessoa se acostuma rápido com a rua.

Eu sou extremamente agradecido a vocês estenderem as mãos pra mim porque eu não sei o que poderia acontecer, eu não sei o que pode acontecer, todo dia eu faço questão de dizer boa noite, obrigado, é o mínimo, acho que vocês merecem muito mais, mas eu procuro externar minha gratidão... é um trabalho que ouve muita coisa, é um trabalho muito estressante, eu acho o trabalho de vocês muito bonito, mas eu acho que isso aí é muito estressante...

Eu vou abrir um parêntese, aqui teve um cara que me entrevistou, ele tava fazendo uma entrevista sobre o perfil do morador de rua, e tal, eu tavadormindo em Vitória, e ele me acordou e a gente conversou, deve ter conversado umas duas ou três horas, eu não tinha nada pra fazer, nada agendado, **isso foi uma ironia**, falei: ah por mim vamos conversar, só que eu acho no meu ponto de vista, a pesquisa dele talvez seja inteiramente

diferente da sua, mas o que eu disse pra ele foi o seguinte: ô cara se tá querendo traçar um perfil do morador de rua, você ficar ouvindo pessoas não vai dar muito certo, no seu trabalho é melhor você se misturar com eles... o olhar é diferente de você estar no meio deles e estar atrás de uma linha, é como nós aqui, entre nós existe uma linha imaginária aqui Bianca 'cê tá aí e eu tô aqui, entendeu? Não dá pra misturar as coisas, você entende intelectualmente, você tá entendendo tudo que eu tô dizendo, mas é uma leitura intelectual, eu a minha leitura aliás não é leitura, eu tô vivendo, eu tô vivenciando o que eu tô dizendo...

... Pra ele isso é um dia a menos, um dia a menos na droga, na prostituição, exposto na rua aí entendeu fumando pedra, um dia a menos no tráfico...

Eu tô frustrado com a rua, a rua não é nada do que eu imaginei, num aspecto, a rua é muito parecida com a minha casa, por exemplo, a minha família desde sempre foi um lar destruído... a rua tá sendo a mesma coisa que a minha casa, há alguns meses eu tinha que dormir com uma faca por causa do meu irmão, a rua tem isso, eu tava dormindo em Vitória antes de vir pra cá, encolhido no frio, aí um policial me acordou com um cassetete assim e me cutucou, olhou assim, não me perguntou nada, e saiu, se ele quisesse me matar teria me matado, mais para frente botou fogo no cobertor do velho e saiu, não entendi nada daquilo. Então, na rua é uma intempérie atrás da outra, a pessoa sente vontade de urinar, não tem um lugar, defecar, a pessoa sente sede... quando eu vim pra rua, eu já tinha dado por perdido, só que eu tô vendo que rua está tendo umas coisas muito parecidas com minha casa, onde tinha contenda, na rua eu posso tomar uma pedrada, na rua, eu não tenho o respeito de quase ninguém... aí eu pensei assim, se a rua tá igual a minha casa, eu preciso reconstruir minha casa, minha vida, eu preciso retomar trabalho, eu preciso sair da rua, porque na rua, se alguém me matar e eu for embora de vez?... eu me preocupo muito com a minha integridade física, o problema é eu ficar vivo aí e ficar sofrendo, então só tem um jeito de eu zelar da minha integridade física saindo da rua... quando eu cheguei na rua, eu tava dando inteiramente por perdido mesmo... só que eu não vou arregar não, eu vou fazer o que eu posso pra sair da rua o quanto antes, agora tem coisas.. que eu não consigo chorar mais... eu não quero ver coisas que tenho visto na rua como uma moça fumando crack, jogada como um cachorro na rua, aquilo dói muito sabe, esse tipo de coisa me dá vontade de sair da rua, eu não quero ver isso mais... isso é desagradável, eu sou impotente nessa situação, eu não posso fazer nada e já que eu não posso, vocês estão fazendo alguma coisa, vocês, eu tenho consciência que é o trabalho de vocês, mas é um trabalho que eu não sei quanto que vocês ganham, mas eu acho que dinheiro nenhum paga isso não, é sofrido isso, é muito difícil lidar com o morador de rua, tô falando algo que tô vendo... eu acho que a pessoa que trabalha, esse trabalho de vocês, tem que ter um controle psicológico fora do comum, acho que não é dinheiro... não tenho uma palavra para definir o que é... não sei explicar...vou te dar um exemplo, pegar um cara que tá todo sujo, fedendo, ser simpático com ele e tal, levar pra dar banho e oferecer comida, ser paciente como eu tô vendo lá **noCentro Pop**, não é dinheiro, eu não sei te explicar isso aí não... eu acho que esse tipo de coisa não dá pra medir, tem alguma coisa que eu não tenho a palavra pra definir, pra desenhar essa coisa, tem alguma coisa aí, talvez seja alguma coisa que você chama amor, é um trabalho diferente pra mim,

não é como emendar fio, subir torre, trocar lâmpada, não é a mesma coisa, se você falar assim: José esse ventilador não tá funcionando... vou ter um diagnóstico porque o ventilador não está funcionando, agora se chegar lá no Centro Pop, um cara sujo ninguém sabe quem é ele, se ele é um intelectual, se ele é analfabeto, se ele era rico, se ele era pobre, mas o tratamento que eu tenho observado sempre é igual pra todo mundo, é um tratamento com dignidade, acho uma coisa tão bonita, parece até impossível como é que trata uma pessoa suja, fedendo, que ninguém quer, uma pessoa excluída, como é que trata essa pessoa com dignidade? É nesse sentido assim que eu acho um trabalho tão, vou usar essa palavra: apaixonante, é apaixonante, não tem outra palavra” (José, 03/08/2016).

Uma vida cabe numa escrita acadêmica científica?

Durante a conversa, José estava engajado e entregue a partir do plano de confiança mútuo que já estava sendo construído durante os encontros no Abrigo. Em dois meses acompanhando a caminhada de José, ficamos surpresos com limiares que estavam se abrindo em seu corpo, que nos pareciam sinalizar permeabilidade aos afetos, disponibilidade para tocar e se tocado. Um corpo oco - que ainda não era corpo - parecia estar sendo tatuado pelos afetos, caminhando no processo de adquirir um corpo.

Depois de transcrevermos nossa primeira entrevista com José, mostramos a ele aquela conversa gravada agora no papel. Quando terminamos de ler, José verbalizou: “Que positivo isso, nem parece eu... O meu contexto não está favorável pra que eu diga coisas tão agradáveis...”

Seguindo os rastros na caminhada junto a José, algo que nos chamou a atenção foi o (re)encontro de José com um violão que ganhamos de doação. Ele tocava praticamente todos os dias, às vezes sozinho, às vezes em companhia de outros colegas, com muita destreza e engajamento. Quanto mais sons e ritmos José produzia com o violão, mais o violão produzia em nossos corpos afecções, movimentos, transformações, torções. Em alguns momentos, ele tocava na varanda, próximo à sala de atendimento. Às vezes, quando finalizávamos um atendimento sem fluidez, abríamos a porta da sala e ao

sairmos nos deparávamos com aquele som suave, bonito, agradável, que nos acalmava e nos movia, permeando nossos corpos de leveza e alegria.

Certo dia, José veio até nós e disse, espontaneamente, que muita coisa do que ele havia dito quando gravamos a conversa tinha mudado (**não é mudado no sentido de anular o que foi dito, mas de incluir, de fazer novas “leituras” que surgiram**). Como já estava quase no meu horário de saída, combinamos de conversarmos no dia seguinte.

No outro dia, convidamos José para conversar. Ele sentou e fez questão de me avisar que não tomava banho há quatro dias (alguns dias depois, chamamos José para ler e construir junto as narrativas e os trechos transcritos da conversa, quando lemos para ele esse trecho, ele comentou: **“eram mais dias, a questão do banho eu não tô ligando, se eu soubesse que eu ia ser atendido por você hoje talvez eu tomaria banho por sua causa, eu nomearia isso de uma nobreza do dia, só pra não incomodar”**). Pedi que ele ficasse à vontade, e colocasse as questões que estavam lhe inquietando. A conversa foi gravada e os trechos transcritos.

“... Eu vou começar te fazendo uma pergunta que aparentemente não tem nada a ver com a situação, você gosta de carro?... que carro que você gosta?... Num primeiro momento soa uma coisa meio maluca assim, o que carro tem a ver com morador de rua? Tem tudo a ver, os carros, Bianca, se você for analisar, olhar os carros, o modelo de carros que a gente vê aí na rua, os carros da Grande Vitória, tem uma frota mais moderna do Brasil, aqui não tem carro velho na rua, mas o que isso tem a ver com o comportamento humano? Tem tudo a ver, o perfil dos carros é uma coisa muito formatada, muito igual... A cara é igual, a traseira é igual, eu percebo aí fora, por exemplo, que os carros não tem cor, as pessoas estão assim, a mentalidade das pessoas tá tudo igual e falta cor, aí entra um outro aspecto assim, tudo que eu tô falando aqui tá voltado pra morador de rua, minha situação aqui, as pessoas estão tristes, Bianca, a pessoa triste ela tende a não produzir coisas alegres, o mundo é triste, eu não sei ainda denominar isso tá...

Parece que tem um “ímã”, você quer sair mais não... eu vou usar outro termo que me vem na mente, uma coisa mística nos prende aqui, aí já tem a coisa do mundo contemporâneo das pessoas serem todas iguaizinhas aquela coisa já formatada... a mente das pessoas já tá sendo imbuída, é uma teia, por isso que eu usei a analogia do carro, eu tenho impressão de que quando

eu era criança as coisas tinham mais cores, os carros estão iguais as pessoas, as pessoas não tem luz própria, eu vejo tristeza, até quando elas contam uma coisa boa, eu percebo uma “energia”(no sentido de clima pesado), alguma coisa de triste... se você me perguntar hoje como é que eu me sinto, eu me sinto caminhando numa esteira com uma coleira, com uma corrente, não estou reclamando não... a impressão é que eu caminho, eu vou andando, não tem lugar nenhum pra ir não tem destino, porquê motivo eu não sei, eu tô andando aí... a impressão é que, se tem é que tem alguém aí dizendo: oh, eu vou te ajudar, oh, tem a água aí, se você sentir sede, oh, se tiver com fome, eu te dou comida, não é uma crítica, não é isso, a sensação que se tem é essa...

Tem pessoas que desejam sair dessa condição deplorável que a gente vive, mas a realidade dela não oferece saída, entendeu? Parece que a realidade dela entorpece toda a sua esperança, a sua mobilidade, como eu já te falei, entre nós existe uma linha, você tá aí, eu tô aqui, ou é aí ou é aqui, eu tenho certeza absoluta que intelectualmente você tá entendendo absolutamente tudo que eu tô te dizendo, mas é só intelectualmente, não vai passar disso, se você passar alguns dias, se você andar com essas pessoas, o seu olhar vai ser diferente, talvez você vai conseguir fazer o que eu não estou conseguindo, que é nomear, meu empenho no momento é sair disso aqui... alguma coisa de mística nos prende aqui, eu tô chamando de mística porque eu não sei o que é, nos prende nisso, e você só vai conseguir entender isso, não estou dizendo pra você deixar sua casa, seus afazeres, seu trabalho, não, mas você entende “aí”(no sentido de lugar) intelectualmente, se você não andar com essas pessoas, se você não vivenciar alguma coisa ali, vai continuar ambíguo para você, ambiguidade é isso, fica alguma coisa no ar, eu tenho certeza que alguma coisa que você tá ouvindo de mim aqui vai ficar no ar, se você fizer o que eu estou lhe dizendo, se você passar umas horas na semana, muita coisa vai ficar super ambígua nos primeiros dias, nas horas, mas depois você vai entendendo como é que é, vou te dar um exemplo mais prático, eu ouvi uma coisa hoje de um cara que inclusive é daqui, ele falou bem assim, rapaz, eu tenho três anos de Centro Pop, aí o cara falou assim comigo (**parafraseou, replicou**) e ele acha vantagem isso aí, aquilo ali foi um turbilhão de coisas pra mim, pobre coitado, coitado dos dois, ele se acostumou, ele tem uma subvida aí, eu não tô dizendo que é por causa do Pop (Centro Pop), o Pop é uma oportunidade dele ficar fora (**da rua, do contexto de violência, da oportunidade de usar drogas, mas dentro ele está numa condição “viciante”**), mas ele ficar dependendo disso é uma subvida... e mais ainda pobre coitado de mim que tô aí vendo essa coisa toda... ele é uma vítima do que eu chamo de sistema, sistema não é Pop, não é isso aqui, é o que eu chamo de todo esse universo aí que eu não sei o que é...

Eu não sou simpatizante do catolicismo... só que eles tiveram uma atitude lá que eu achei muito proveitosa, eles fazem encontro lá da pastoral, você conhece?... Então eu sugiro que você conheça, vai lá um dia, vai lá olhar o que acontece, tá mudando o tratamento deles com o morador de rua... eles estão fazendo curso de mecânica lá e a primeira aula falou de segurança do trabalho, eu já passei por grandes fábricas... e o nível que falou de segurança é igual... eu achei muito válido...

Esses dias pra trás aí eu tava andando na rua, e sentado eu tomei uma “botinada” de um policial à toa, eu só tava sentado, eu apanhei, o cara me deu um chute à toa, só porque eu tava sentado, foi numa praça em Vitória, parece que a minha presença agrediu o senso de virtude do cara, quê que eu fiz pra tomar um chute? Sabe o que eu fiz? Dei um glória a Deus, mas claro que foi uma ironia, aí ele olhou pra mim, não sei se aquilo constrangeu ele... Eu vou revelar uma coisa pra você, eu tava querendo sair daqui esses dias, eu tava muito inclinado a sair daqui, aí você fala e você vai fazer o quê? Eu tô num estágio que eu não sei definir muito as coisas... eutava pensando em ir pra outro município, é tão difícil falar disso, chega a ser até constrangedor... eu já perdi casa, eu já perdi tudo, é natural que eu me sinta perdido ainda... eu ia fazer isso sábado, sexta, eu ia pegar e largar mão, aí o pessoal me chamou pra ir na Igreja Católica, eu fui, aí você pode perguntar: José porque você vai na Igreja Católica se você é cético? Não, não vou por minha causa, eu não creio no que eles falam, eu vou por causa deles, o tratamento que eles me dão, Bianca, me constrange... eu vou por eles, porque eles sentem que estão fazendo bem para alguém... no momento, o melhor é ficar aqui...

... O deus que está sendo mais difícil de eu me desvincular é a música... tem os surtos de alegria e esperança que surgem... o violão, por exemplo... mas já surgiu umas duas melodias na minha mente, isso fica na minha mente sabe, eu tenho um acorde na minha mente, eu já compus uma música na mente... se eu pudesse ficar só eu e o violão no meio do mar, no meio do nada, só eu e ele, mas aquilo ainda ia me incomodar por causa do passado... o deus que ainda está difícil me desvincular é a música...

A música produz algo de alegria, criação, movimento? Sim, é porque quando eu aprendi a tocar foi pra me desligar de briga de casa, eu ia tocar, meus pais quebrando o pau lá, e eu malhando no violão, aquilo ali me desconectava... quando eu tocava qualquer coisa a sensação que eu tinha é que eu saía do meu corpo, dá pra entender isso?... tem uma melodia que eu tô fazendo não é pra minha mãe, mas eu fiz assim, pensei na minha mãe também... eu sinto uma alegria-triste naquilo ali, o que é alegria-triste? Eu sinto alegria quando eu penso na minha mãe, mas uma tristeza porque ela não tá aqui, alegria-triste, ou tristeza-alegre, a música tá aí, mas o quê que dá pra fazer? Bianca não tem nada. O violão pra mim hoje é uma coisa mecânica, eu não tenho nada pra fazer, eu não tenho atividade, aí eu pego ele mecanicamente e fico praticando coisas que já tá na minha mente, a composição, se eu me afastar do violão, essa coisa vai ficar na minha mente, fica martelando... mas isso não vinha antes de estar em contato com o violão...” (José, 15/09/2016).

Finalizamos a gravação e dissemos a José que gostaríamos muito que ele fosse à nossa qualificação do projeto de mestrado, em que ele é coautor, contribuindo para delinear os caminhos que a pesquisa estava tomando. Ele disse que iria, e que iria tentar tomar um banho no dia.

Cinco dias após essa conversa, estávamos em atendimento com um usuário, e ao sair da sala, ouvimos alguém dizer que José tinha entrado no Abrigo para buscar suas coisas, pois teria se desligado. Fiquei estarecida, surpresa, sem acreditar no que tinha ouvido, perguntei a outros usuários e ao educador de plantão, que me confirmou, afirmando que José realmente foi embora. A tristeza tomou conta de mim. Construí tantas expectativas, uma delas é que houvesse uma articulação entre José e o violão, e que essa fosse uma via de movimento, de alegria, de criação.

Depois desse dia, Dayse contou-nos que dois dias antes de ir embora, ele havia comentado com ela que estava participando da pesquisa e que iria à apresentação do Exame de Qualificação. Ela contou que a saída de José foi motivada pelo fato de que ele estava se sentindo pressionado pelos outros usuários do Abrigo que chegaram recentemente, porque não tomava banho há dias e estava “cheirando mal”. Expôs que José mencionou que preferia ir “morar debaixo da ponte”. Alguns dias depois, Dayse voltou a dizer que havia encontrado José e, com uma fala carregada de tristeza, disse que ele estava como um “mendigo”, “com os pés todo preto, com a roupa toda suja” e afirmou para ela que “estava muito feliz, que nunca esteve tão feliz”, pois se sentia “livre”, podia “acordar e dormir na hora que queria”.

Ouvir as falas trazidas por Dayse nos trouxe inquietação, pois sentimos que à medida que a experiência nos acontece, ela nos tomba e nos transforma, isto é, somos alcançados, derrubados, interpelados, não permanecemos sempre em pé, nem estamos sempre seguros de nós mesmos (BONDÍA, 2002). Como sujeitos da experiência estamos “ex-postos”, não alcançamos tudo aquilo a que nos propomos, nem nos apoderamos daquilo que queremos, porque a experiência, na medida em que acontece, de nós se apodera.

A experiência com José nos tocou, nos moveu, nos ensinou um pouco mais nesse processo de adquirir um corpo-pesquisadora-trabalhadora. Um dos aprendizados é que José não é um sujeito dócil e passivo às intervenções. A saída de José do Abrigo, a consequente moradia na rua e as falas trazidas por Dayse de que ele estava feliz assim, nos sinalizam e fazem operar o que Despret (2009) aponta acerca de que pesquisar com o outro implica tomá-lo não como “alvo” de nossas intervenções, isto é, o sujeito com quem fazemos a pesquisa não é simplesmente um ser respondente qualquer, que está ali para responder às intervenções do pesquisador. Na realidade, a resposta de José, que nos tombou, nos mostrou as versões do que ele pode fazer, anunciando que “o outro que interrogamos é um expert” (MORAES; KASTRUP, 2010, p. 03), ele pode fazer existir/acontecer outras coisas, outros mundos, em articulação com o abrigo, com a rua, com o violão, com a política de assistência social, com a gente.

Talvez, em nossos encontros com José, tenha acontecido um grande mal entendido. Um mal entendido que permitiu uma experiência de “tombo”, por isso um mal entendido “promissor” (DESPRET, 1999, apud MORAES; KASTRUP, 2010),

que produz novas versões disto que o outro pode fazer existir. O mal entendido promissor, em outros termos, é uma proposição que, da maneira pela qual ela se propõe, cria a ocasião para uma nova versão possível do acontecimento (DESPRET, 1999, p. 328-330, apud MORAES; KASTRUP, 2010).

Nesse sentido, como argumentam Moraes e Kastrup (2010), o mal entendido é promissor quando abre uma instabilidade, uma bifurcação, uma variação, onde parecia haver uma ordem estável dos acontecimentos, justamente o que estava em questão nos encontros com José. Quando pensávamos que nossas intervenções estavam interessando a José, ele saiu do Abrigo, o que nos faz pensar acerca dos modos de intervenção que adotamos em nossas pesquisas-trabalhos. A questão é se mantemos uma relação com o outro no registro da docilidade, uma intervenção que se faz sobre o outro, tomando-o

como passivo, como aquele que deve ser controlado, e nós pesquisadores-trabalhadores é que temos a capacidade de agir e sabemos os fins da nossa intervenção ou se nosso dispositivo de intervenção na medida em que se constrói com o outro se faz em articulação com aquilo que lhe é interessante. O que interessava a José?

José nos ensinou a interpelar o outro como um expert, como alguém que pode fabricar conosco as questões que interessam no campo. Assim somos remetidos a redistribuir a expertise e a capacidade de agir ao identificarmos que o saber sobre José não se concentra somente do lado de quem propõe as intervenções, mas também se situa do lado daquele a quem as intervenções se dirigem. Verificamos que o sujeito pesquisado é ativo, isto é, participa ativamente do dispositivo de intervenção. Nesse sentido, há implicado na relação pesquisador/pesquisado um processo de transformação, o que requer de nós uma atenção sobre o modo como lidamos com essa transformação: o que incluímos e fazemos valer como positivo e como realidade? O que excluímos como erro a ser corrigido?

José nos faz acordar de um sono-torpor. Na vinculação com José, somos deslocados de nossas posições institucionais e somos levados a enxergar aquilo que vai produzindo amarras, aprisionamentos nos modos de vida. Muitas vezes, orientados por um princípio de normalização, poderíamos entender que o mais apropriado é que José continuasse no Abrigo e buscasse “sair dessa vida” como ele mesmo mencionou em uma de nossas entrevistas. Mas, vemos na fala de Dayse que, fora do Abrigo, José se sentiu **livre** e mais **feliz**. O que se afirma aqui é a multiplicidade, são articulações que alargam e nos fazem ampliar certa concepção dos modos de vida enclausurada na “consciência”, guiada pelo homem da moral. É isto que pulsa nesta dissertação: uma vinculação que afirma a potência inventiva das variações dos modos de existir.

Os diversos emaranhados de fios da experiência com José nos trazem inquietações e aprendizados sobre o cotidiano, as regras, as relações, as práticas dos serviços de atendimento à pop-rua. Dentre esses fios, puxamos outro aprendizado valioso: NÃO ESTAMOS NO CONTROLE.

O controle está no homem da moral, é o homem que é marcado pelo que Rolnik (1995) chama de hegemonia tirânica, pois é ele que conhece os conjuntos de valores e regras de ação que são vigentes na sociedade em que vivemos e toma como referencial esses valores e regras, e busca a qualquer custo evitar o mal-estar causado pelo caos, busca a exclusão da alteridade enquanto caos. Assim, um dos efeitos da pesquisa com José é a ativação de um modo ético para aquém e para além do homem da moral que, às vezes, temos de ser, ou seja, viver o movimento de ativação da potência de nos deixar desestabilizar pela experiência. Vamos ganhando mais de mundo, mais de sensibilidade.

Somos marcados pelo controle e disciplina, vivemos permitindo ser geridos por uma ordem que nos aliena e restringe a nossa liberdade e nossa autonomia. “Amamos nossa alienação” (LOURAU, 1993, p. 14), pois sentimos “dolorosa a análise de nossas implicações; ou melhor, a análise dos lugares que ocupamos, ativamente, neste mundo” (p. 14). Percebemos aqui como, de certa forma, queríamos também gerir a vida de José, e como nos inquietou a sua busca pela liberdade, de fazer da rua seu espaço de moradia. Como ele prefere a Rua ao Abrigo? Esta foi uma de tantas as interrogações.

José transversaliza radicalmente as posições institucionais, desestabilizando as relações de poder naturalizadas. Ao pensar a transversalidade (GUATTARI, 1964) como exercício de construção de porosidade no Abrigo, somos instigados a afirmá-la como uma diretriz que nos permite abrir processos de criação. A transversalidade, como processo de criação numa cogestão, não possui uma fórmula de “como fazer” que

determina e aprisiona. Diz exatamente de uma disponibilidade para o encontro que indica que o modo de “como fazer” deve ser inventado nos espaços coletivos dos serviços, nos territórios, pela população com as equipes e trabalhadores, de acordo com a necessidade de cada situação.

Com José, sonhamos de olhos abertos uma dimensão pública da política de assistência social.

4.2 DAYSE E A ESCRITURA DO LIVRO DA AMIZADE

Mais uma experiência que nos tocou, nos moveu e nos transformou, foi nosso encontro com Dayse. Desde que cheguei ao Abrigo via Dayse sentada próxima ao portão, sempre na companhia de muitos colegas, do cigarro e dos jogos de dama e dominó. Via aquela mulher que me parecia de uma força grande, mas com um corpo rígido e de poucas palavras. Não foi fácil nossa aproximação. Era preciso ir até ela, pois ela não vinha até nós. Passei a circular no “seu espaço”, cumprimentando-a todos os dias de modo a tentar produzir uma permeabilidade. Assim foi se iniciando o nosso percurso com ela. Nos primeiros encontros ficava claro seu incômodo de estar na sala de atendimento. Por isso, alguns de nossos atendimentos aconteceram em outros locais, do jeito e no tempo em que o encontro podia fluir.

A seguir estão as narrativas de sua história. Durante os encontros eram feitos os registros no diário de campo e depois tais registros eram lidos com ela. Em negrito, estão as falas que ela acrescentou durante o momento em que os relatos eram lidos. Como em um encontro ela disse que gostaria de escrever um livro da sua vida, construímos a ideia dela nomear os capítulos da sua história.

Em busca de uma vida nova

Dayse tem 56 anos, morava em Belo Horizonte/MG e chegou a Vitória em janeiro de 2016, onde ficou por 40 dias em um Albergue. No local, conheceu um casal e combinaram de trabalhar juntos na cidade de Ibatiba. A equipe do Albergue conseguiu comprar sua passagem, mas ela não conseguiu mais contato com o casal. Devido ao tempo que já estava no Albergue precisou sair, e acabou vindo para a Serra, sendo encaminhada para o Abrigo pelo Centro Pop desse município. Ingressou no Abrigo para passar o final de semana, mas como não conseguiu mais contato com o casal, acabou não viajando.

Durante o período em que Dayse está no Abrigo se inseriu em dois empregos, em ambos ficou por um período menor que 15 dias. Acompanhamos bem de perto o processo de entrada e saída do último emprego. Foi em uma pequena fábrica de costura, em que ela começou a sentir dificuldades para costurar devido a problemas na visão. Em uma tarde em que estava vindo para o Abrigo, nos encontramos na esquina e ela avisou que havia saído do emprego, e combinamos de conversar à noite. Já no Abrigo, Dayse como de costume estava sentada próxima ao portão, então me aproximei e chamei-a para conversarmos. Ela prontamente aceitou. Viemos para a sala de atendimento e Dayse começou a contar como estava vivenciando o momento. Com a cabeça baixa em muitos momentos, disse da frustração diante dos diversos desafios que estavam para além de não ter permanecido no emprego. Contou que está se sentindo fracassada, pois desde que chegou a Vitória “não deu uma dentro”, e que a vida estava “conspirando contra ela”, e que “não gosta” de si mesma. Viveu um casamento por 25 anos, em que “não foi valorizada”. Num momento da conversa, Dayse disse que gostaria de dizer algo que ainda não tinha contado a ninguém, pois era “segredo de estado”. Ela conta que quando saiu de Minas Gerais pegou um trem sem destino

específico e propôs para si mesma que na cidade onde o trem parasse, ela ficaria, e o segredo que ela não revelara a ninguém, é que havia decidido que “se nada desse certo”, ela se suicidaria. Disse que este pensamento ainda é recorrente e o que a “sustenta” para que ela não concretize tal ideia é o “convívio” no Abrigo, que a faz sentir “acolhida”, “gente”, “importante”, pois no Abrigo existe “carinho, respeito, afeto”. Dayse expôs que ela tem vivenciado no Abrigo algo que “nunca viveu” em suas relações. **“É uma coisa especial, sempre tive que trabalhar, nunca curti a vida, minha mãe proibia demais, tudo pra minha mãe era pecado. A identificação que eu tenho é que na minha casa, eu não tinha valor, e aqui eu me sinto alguém, valorizada, alguém me enxerga, a sensação de ser alguém. Agora mais do que nunca eu estou me sentindo alguém. Hoje, no Centro Pop, eles fizeram uma atividade para desenhar e me ocorreu de desenhar um monte de coraçãozinho, estou me sentindo nas nuvens...”**

Dayse disse ter medo do futuro e que deseja viver e não só existir. **“Eu percebi que nunca curto o presente, eu fico sempre preocupada com o futuro”**.

Como instaurar a vida e não simplesmente evitar a morte?

Um novo/diferente jeito de ser feliz

Em outro encontro, que aconteceu no local onde Dayse costumava sempre ficar, começamos uma conversa. Ela contou que os colegas do Abrigo, com os quais convive durante o dia, têm usado drogas na pracinha, o que tem trazido alguns desconfortos visíveis para a comunidade que frequenta o local. Dayse disse que apesar de tal situação, ela se relaciona com eles, sem se importar com as consequências, e explicou dizendo que ainda que a polícia chegue, os aborde e os leve para a delegacia, ela irá junto, pois apesar de não fazer uso, é junto deles que se sente acolhida. Fez uma comparação dizendo que junto à sua família não se sentia tão bem quanto se sente com

os colegas do Abrigo. Expôs que quando era criança, seu pai lhe dizia para desviar o caminho ao avistar um morador de rua e que agora que está convivendo com essas pessoas percebe que são pessoas de “coração bom”. Os “meninos”, se referindo aos colegas do Abrigo, dizem: **“Olha pra você, só você de mulher, só você que não fuma maconha, e eu digo: eu estou feliz”**. Contou que o Abrigo tem sido um “corrimão”, e que deseja escrever um livro sobre o que tem vivido.

O último momento para uma grande decisão

Há alguns dias estava encontrando com Dayse e ela me dizia que estava mal - sem conseguir comer e dormir direito - com uma situação que vivenciava. Expôs que solicitou ajuda no Centro Pop e foi encaminhada para um psicólogo e que havia ido junto à assistente social de lá fazer a triagem para ser atendida. Coloquei-me à disposição para conversarmos, mas ela disse que era algo muito grave e que não queria me contar ainda.

Após alguns dias, me aproximei de Dayse nos abraçamos. Ela disse que gostaria de conversar. Chamou-me para um canto, um pouco escuro e afastado, de modo que ela se sentisse mais à vontade. Começou dizendo que estava em sua casa em Minas, entediada, sem perspectiva, desistindo de continuar. Quando chegou ao Abrigo “tudo mudou”, ela estava “murchando igual a uma rosa, mas por um milagre essa rosa começou a florescer”. Depois de 10 anos separada, se fechou quanto ao envolvimento em uma relação amorosa, pois seu marido a fez chorar muito, e chegou a entrar em depressão. Então contou acerca da situação grave que a fez se sentir mal nos últimos dias: ela estava apaixonada por uma pessoa que também havia sido acolhida no Abrigo.

Dayse visivelmente envergonhada e constrangida expôs vários julgamentos quanto à situação que estava vivenciando: que não “tinha cabimento” devido à diferença de idade

(ele é mais novo que ela) e devido à aparência física (disse que ele é muito mais bonito que ela). Apesar das ponderações, Dayse expôs que essa paixão está produzindo vontade de viver, tem sido o incentivo que ela estava precisando, tem se sentido como uma adolescente. **“No momento ele está sendo uma das coisas mais lindas que está acontecendo na minha vida, por ele estar presente na minha vida”.**

Dayse disse que tem construído relações importantes no Abrigo, no Centro Pop e no **Parque da Cidade (é o ponto de encontro). Em relação ao Parque da Cidade, o ponto de encontro, disse: “Ficamos reunidos e têm um lugar reservado só para nós, não nos misturamos por discriminação das outras pessoas, já até quiseram nos tirar de lá... Jogamos, conversamos, rimos, depois nos cansamos e nos esparramamos no chão, e depois fazemos os ‘corres’ para o almoço, às vezes dividimos, já dividimos duas marmitas entre 10 pessoas”.**

Apesar de nos finais de semana Dayse não estar sendo assistida no período diurno (até a abertura do Abrigo Noturno às 17h), isto é, não possui alimentação ou local para higienização, entre outros, ela e os colegas pop-rua se mostram generosos, dividindo o pouco que conseguem. Consideramos isso muito importante, ou seja, isso é o que importa ao modo de vida ético. E mais, se esparramam pelo chão do parque, riem e brincam juntos.

Dayse diz que os eventos para a população em situação de rua que participa são “aventuras” e têm lhe “feito um bem danado”. **“Hoje me sinto feliz, me sinto gente e tudo isso começou lá em Vitória (no Albergue), o pessoal confiava em mim, pedia ajuda, orientação para tomar decisão. Os meus filhos, além de não me incluir na hora da alegria, só me incluíam na hora que precisava de algo. No natal cada um ia para sua casa... Para a minha cunhada já disse onde estou, aos poucos estou**

soltando, mas aos filhos não quero que saibam, eles são muito moralistas. Isso vai ser uma bomba atômica como aquela que estourou no Japão quando os meus parentes descobrirem vão dizer: Dayse você convivendo no meio de drogados, você se perdeu e eu vou dizer NÃO, EU ME ACHEI LÁ.. Como é que pode: precisar ir para um abrigo, conviver com pessoas necessitadas, para você se sentir alguém?... Coisas que a gente não consegue dentro de uma família”.

Nos encontros com Dayse nos deparamos com a sua coragem. Coragem de deixar sua vida solitária em Minas Gerais e sair sem rumo, se “arriscando” no desconhecido, no inusitado em busca de ser feliz. Dayse rompe com as amarras das regras e costumes familiares e sociais, desde o momento em que decide sair de sua casa, até o momento em que estando abrigada e referenciada no Centro Pop passa a conviver com abertura e disponibilidade a essa experiência. Fica claro nas falas de Dayse o processo de desconstrução de seus preconceitos relacionados a essa população a qual ela agora também faz parte. Com ela somos convocados à ativação do homem da ética, quando contrariando a todos os moralismos ela diz: EU ME ACHEI LÁ no Abrigo. Com ela nos performamos também.

Podemos indagar: Como alguém pode se achar em um Abrigo para pop-rua? Como alguém pode estar feliz convivendo com “moradores de rua”? Eis aqui a nossa aposta – a de que as pessoas acessem nesse espaço a dimensão pública das políticas – o afeto, a confiança, a produção de vínculos, parcerias amorosas, que suscitem potência de vida, alegria, entusiasmo, criação.

A narrativa de Dayse nos leva também a mencionar a relação existente *entre* Centro Pop, Abrigo Noturno e Parque da Cidade (se localiza em Laranjeiras/Serra). Os usuários do Abrigo, em sua maioria, passam os dias úteis no Centro Pop (este é um equipamento

diurno e até a finalização desta dissertação, ainda não possui funcionamento aos finais de semana), e após saírem do Centro Pop vão para o Abrigo Noturno. Aos finais de semana, muitos deles vão ao Parque da Cidade, onde passam o dia até a abertura do Abrigo. Como Dayse nos fala, as conexões em feitura nesses espaços têm lhe “feito um bem danado”, pois se fazem ali no cotidiano a multiplicação dos pontos de conexão formando redes de articulação que ligam humanos e dispositivos técnicos os mais heterogêneos e díspares.

4.3 DANIEL E A CORAGEM DE ALÇAR VOO

Desde nossos primeiros momentos no Abrigo, Daniel nos chamou à atenção. Pela sua habilidade com as palavras, pela sua gentileza e pela postura inquietante e questionadora.

Daniel tem 33 anos. Ficou no abrigo de março a setembro de 2016. Em nosso primeiro atendimento com Daniel ele foi bastante receptivo e aberto ao encontro. Procurou-nos para dizer que queria mudar-se para o município de Santa Teresa/ES com um colega que conheceu no Abrigo, e gostaria de solicitar a liberação de uma passagem para que ele pudesse ir. Apesar de expor o desejo de ir, disse também que estava com medo de experimentar coisas novas, além do medo das baixas temperaturas que ouvira falar que predominam na cidade. Anterior a essa situação, fui informada pela equipe que o atendia, que já havia sido feita a compra de passagem para Daniel para outra cidade, mas ele desistiu.

Alguns dias depois, Daniel veio ao nosso encontro e disse que desistiu de ir, devido a questões relacionadas a dificuldades de moradia no local.

Noutro momento, convidamos Daniel para uma conversa, e ele veio com o corpo disponível e aberto. Contou-nos que não estava contente em estar no Abrigo, que estava cansado de “manipular” e de “mentir” sobre seus próprios desejos e sentia que sua carne estava “apodrecendo”. Estava sentindo saudade de fazer coisas simples, como entrar no supermercado e comprar um desodorante de dois reais. Contou que gosta do Estado do Espírito Santo, mas não tem conseguido emprego aqui, por isso achava que precisava buscar um novo Estado para residir. Seu Estado de origem é Minas Gerais, mas expôs que não tem ligações familiares nem comunitárias nesse Estado, sendo seus pais falecidos. Estava tentando ficar mais pensativo, dar “tempo para si mesmo” e começar a traçar novos planos, como por exemplo, reduzir o uso de crack.

Dias depois, a nosso convite, Daniel veio para o atendimento. Mostrou-se incomodado com a situação de estar no Abrigo, de “estar ocupando a vaga de outra pessoa” e pediu para que verificássemos o seu tempo de estadia no Abrigo. Informamos que estava há cinco meses fazendo uso do espaço. Foi perceptível o incômodo no corpo de Daniel. Ao mesmo tempo relatou estar vivenciando a “insegurança” de tentar algo novo. Contou que uma pessoa que já passou pelo Abrigo e foi embora para o Estado de Santa Catarina e lá conseguiu emprego, estava lhe apresentando a possibilidade de trabalhar na mesma empresa. Segundo Daniel, esse colega lhe afirmou com ênfase que o emprego estaria garantido. Ele demonstrou interesse, disse que estava com o desejo de ir, mas de repente ficou quieto, esmoreceu. Questionei o que ele estava sentindo, e ele disse que estava com medo de ir e “cair numa situação pior”. Relembrei com ele a fala do colega, de que havia uma possibilidade de contratação, buscando a dissolução de pontos de vista cristalizados, e o fortalecimento da coragem de se lançar em um terreno ainda inabitado por ele. Conteí a Daniel da minha experiência com o medo de entrar no Abrigo, pelos enunciados já ouvidos e que me atravessavam em relação à pop-rua, e o quanto aquilo

se desconstruiu no encontro com eles, e que estava tão apaixonada pelo trabalho que estava narrando esta experiência nesta pesquisa na qual ele é coautor. Ele ouviu atentamente, com os olhos fixados em mim, e quando eu terminei, ele disse: “então, você também tem medo?” Eu disse que tinha muitos, em diversos aspectos da vida. Ele disse que iria pensar bastante no que conversamos, e que se sentia mais confiante.

Ao reviver essa experiência na escrita, percebo o quanto a experiência do medo atravessa nossos corpos pesquisadores-trabalhadores-usuários-leitores. Quando me deparo com a leitura do que escrevi, de que estava junto com Daniel buscando ensejar a criação de novos sentidos e da coragem para enfrentar o medo, me vejo ali ao entrar no Abrigo, tomada pelo medo do desconhecido. Vivenciamos aqui em contextos diferentes a sensação de estar em um lugar de vulnerabilidade e de risco. Busquei na força do encontro, no entre, partilhar com Daniel, dividir um mundo comum. Pude compartilhar a emoção do medo que não existe separada de um encontro, de uma relação, e o quanto esse compartilhamento nos faz criar novos mundos a partir das indeterminações ou das singularidades que emergem daí, que por sua vez, poderão provocar emoções novas, inesperadas, produzindo novos atos de criação.

Noutro momento, chamamos Daniel para uma conversa no intuito de continuar fortalecendo a nossa parceria e trabalhar a emergência de novas direções. Daniel estava como sempre com o corpo muito aberto ao encontro e disposto a caminhar se despreendendo da insegurança e do medo do novo. Durante a conversa, Daniel disse que certa vez viu na televisão um vulcão que entrou em erupção e a lava escorreu até chegar a um local onde havia uma vaca. A lava petrificou as patas da vaca. Ele disse que estava

se sentindo assim: “petrificado”, e que nossos encontros estavam lhe ajudando a se “despetrificar”. Comparou-me a uma “águia-mãe”, que vai tirando as “plumas macias” do ninho para que aos poucos os filhotes possam desejar sair do ninho e voar. A cada palavra de Daniel, sentia o coração acelerar, minhas mãos suavam, as emoções transbordavam no corpo, fiquei encantada com a metáfora que ele trouxe, com as sensações de desprendimento do medo. Quando ele terminou, eu disse da alegria produzida pela experiência de nosso encontro, especialmente por ele estar se sentindo “despetrificando”. Ele, com um sorriso largo, disse que também estava muito contente. Despedimo-nos e ele saiu do atendimento decidido a buscar mais informações sobre a possibilidade de sua ida para Santa Catarina.

Depois de alguns dias, chamamos Daniel e li para ele as narrativas que tinha construído. Ao final da leitura, ele comentou: “nossa, eu estava com medo de ir para Santa Teresa, agora vou para um lugar que faz duas vezes mais frio, estou superando mesmo!”. No dia seguinte, Daniel solicitou que ligássemos para o colega em Santa Catarina, já que não estava conseguindo falar com ele durante o dia. Chegou bastante animado com a possibilidade de mudança do Estado. Ele telefonou em nossa companhia e a ligação foi bastante descontraída. O colega passou o endereço de sua casa, onde Daniel pretende ficar nos primeiros dias, e deu boas garantias com relação à possibilidade de contratação de Daniel. Essas informações também nos eram importantes para embasar um relatório de solicitação de passagem para ele. Ao finalizar a ligação, Daniel com entusiasmo disse: “agora eu vou visualizar novas paisagens”.

No outro dia, a passagem foi comprada. À noite, em atendimento, comunicamos a Daniel, que nos solicitou para ligar para o colega de Santa Catarina, para informar que já estava tudo certo para a viagem. Após a ligação Daniel se mostrou alegre e ansioso.

No dia seguinte, a equipe estava bastante ansiosa, vivenciávamos a alegria de ver Daniel se “despetrificando”, que se somava a um receio de que ele desistisse. Esse receio tinha alguns motivos: um deles se relaciona ao fato de que o Abrigo possui uma cota para passagem e, como o valor da passagem para Santa Catarina é alto, consumiu todo o crédito mensal (não poderíamos fornecer passagem a mais nenhum usuário durante o aquele mês) e se ele não fosse, precisaríamos justificar a perda da passagem. Para além (muito além) dessa questão burocrática, também nutríamos a expectativa de que dessa vez Daniel conseguisse trilhar novos caminhos.

A tarde chegou e Daniel foi um dos primeiros a entrar no Abrigo, por volta das 17h20. Entrou, e depois de uns cinco minutos, pediu para sair, pois precisava resolver umas questões. A equipe conversou com ele no sentido de frisar sobre a viagem, pois tínhamos o receio de que ele não fosse. Ainda assim, Daniel disse que precisava sair, sem nos contar o que pretendia fazer. O nosso receio era de que Daniel utilizasse esse momento para fazer uso do crack. Nós não conseguimos convencê-lo a ficar. E ele foi. A tensão foi geral, ficamos todos apreensivos - a equipe e os usuários mais próximos a ele. Após uma hora que Daniel havia saído dois colegas usuários do Abrigo, nos procuraram pedindo para ir atrás dele, nos locais onde ele costuma fazer uso de drogas. Foram e voltaram, porém não conseguiram encontrá-lo, o que aumentou o clima de desconfiança de que ele poderia não viajar. A angústia aumentava, as mãos suavam, o coração acelerava.

Após um tempo, outro usuário nos procurou com a mesma intenção e foi liberado para tentar encontrar Daniel, porém também retornou sem êxito. Por volta das 19h30, Daniel chegou. Estávamos no pátio quando ele entrou, experimentamos uma alegria misturada com alívio muito grande, mas que não foi externalizada. Fizemos ‘cara de paisagem’, tentando controlar o turbilhão de emoções. Daniel chegou sem sinal algum de uso de

drogas. Falamos com ele como se aquela sensação de receio nem tivesse tomado conta de nós. Nesse momento, nos atravessou a seguinte questão: “por que tanta desconfiança, tantos receios?”. Enquanto estava sendo tombada pela experiência, Daniel se dirigiu à cozinha e, ainda enquanto respirávamos tentando nos recompor do tombo, avistamos pela janela Daniel junto aos educadores. Ele dizia que estava com medo e inseguro, “você não sabe se vai pisar numa lixa ou num piso escorregadio”, mas que iria enfrentar... Após falar isto, um colega que tinha ido atrás dele, veio ao seu encontro, o abraçou e chorou. Um choro que nos parecia de alegria pelo colega ter voltado e conseguido enfrentar os medos, e que nos sinalizava afetos circulantes nas relações. Aquela cena nos comoveu. Mais tombos, mais afetos.

Daniel tomou um banho, jantou e se despediu de nós e dos colegas. Externou gratidão pelo período em que passou no Abrigo e foi perceptível a vibração, a alegria vivenciada pelo movimento que ele estava fazendo na busca do novo, do inusitado, fazendo-se sensível para nós o que apostamos: o quanto os encontros podem produzir potência!

A experiência com Daniel nos traz algumas questões importantes relacionadas à confiança. Vivenciamos uma angústia enorme em relação a deixá-lo ou não sair do Abrigo, antes da viagem para o Sul. Aqui há o nosso desejo de segurá-lo no Abrigo, de não deixá-lo sair, de assegurar que ele não iria usar drogas, de que ele iria mesmo viajar... Desejos que denotam em certo sentido controle, mas que coexistem com a aposta em Daniel. *Deixamos* ele ir... Mas sofremos com isso no corpo. Esperamos ele voltar, ainda que ele pudesse não o fazer... O que estamos dizendo aqui é que apostar em alguém não é fácil, traz uma angústia, uma desconfiança, um sofrimento no corpo (suor, coração acelerado...). Nesse sentido, o nosso desafio é intenso quando apostamos na criação da confiança, do compromisso, da corresponsabilidade.

4.4 MIZÁ, O TERROR DA ESCRAVIDÃO

À flor da pele. Subjetivações à flor da pele. Subjetivações no limiar. Barcos sem porto, sem rumo, sem vela. Bichos soltos, cães sem donos, cavalos sem celas que não sabem para onde ir ou o que fazer. Toda a pele percorrida por sensações de apreensão e incerteza. Padecemos a dimensão do acontecimento e estamos esfacelados. É preciso forjar portos, bóias, ancoradouros, mas no sentido da criação de planos de consistência, de territórios existenciais que se engendram na experimentação do mundo. O homem precisa acreditar no liame com o mundo, na ligação com o mundo, nas conexões com a vida [...] Trata-se de tomar posse do mundo, ou melhor de inventar mundos (DOMINGUES, 2010, p. 27).

Mizá, rapaz negro, 27 anos. Seu primeiro acolhimento no Abrigo foi em junho de 2016. Foi encaminhado ao Abrigo, pois estava em situação de rua e perdeu seus documentos pessoais.

Em nosso primeiro encontro, Mizá contou que nasceu em Itamaraju (BA), e que morou até o final de 2009 em Teixeira de Freitas (BA), onde trabalhava fazendo serviços na roça e estudava. Começou a usar maconha, crack, cocaína. Tal fato, somado ao desentendimento com parentes, o levou a percorrer diversos Estados como RJ, MG, SP e várias cidades do ES. Mizá disse que gosta de aventura, por isso transita pelos Estados. Contou que a mãe mora em Linhares e há quatro anos não tem contato com ela, pois não deseja que ela o veja no estado que ele está no momento: “uma mão na frente outra atrás”, que isto é uma “humilhação”. Mizá disse que “carrega sua casa nas costas”, não apresentando expectativas quanto à construção de projetos para a saída das ruas, tanto que se vê daqui a alguns anos com cicatrizes no corpo, pela vivência que acredita que terá nas ruas. Ele só quer seus documentos de volta, para começar a transitar novamente.

Mostrou-se indignado e “cheio de raiva” pelo modo como é tratado pela sociedade. Ele faz e vende artesanatos, e contou que algumas pessoas, quando ele oferece os produtos, dizem que não “gostam de coisa de macumba”.

Tivemos outros encontros durante a sua curta permanência no Abrigo. Com uma fala calma que lhe era peculiar, e um sotaque baiano tão agradável, Mizá com disponibilidade nos cumprimentava e vinha à sala de atendimento a nosso convite. Certa vez, ele pensou que tinham encontrado seus documentos em um quiosque em Vila Velha, estava todo entusiasmado com essa possibilidade, mas ao ir até o quiosque, verificou que os documentos não lhe pertenciam. Ele dizia sempre que não iria ficar muito tempo no Abrigo, que iria retomar suas “andanças” pelos Estados.

Mizá também estava sendo acompanhado pela equipe do Centro Pop/Serra, que estava buscando providenciar o envio de sua certidão do Estado da Bahia.

Depois de alguns dias, foi desligado por faltas. Voltamos a nos encontrar num evento para a pop-rua, no mês de setembro, na Praça de São Diogo. Cumprimentamo-nos, conversamos um pouco, e com um sorriso no rosto disse que não queria mais retornar ao Abrigo. Cerca de duas semanas depois, Mizá foi encaminhado pelo Centro Pop novamente ao Abrigo. Estava dormindo em uma barraca montada na Praça de São Diogo, onde permaneceu desde o evento. O dia de seu retorno foi bastante tumultuado. Antes do horário de entrada, Mizá estava em frente ao Abrigo, bastante alterado, com sinais de uso de drogas, mostrando-se insatisfeito com a “demora” para a liberação da entrada. Rasgou um pedaço da folha de encaminhamento para fumar. Após a liberação, gritava bastante e andava de um lado para o outro do Abrigo, muito inquieto. Fomos até ele, o cumprimentamos, e desejamos boas vindas, e ele foi logo dizendo que estava insatisfeito com a morosidade da retirada da sua documentação civil, uma vez que sua certidão de nascimento é do Estado da Bahia. Ouvimos sua queixa que foi esbravejada ali na varanda mesmo, e combinamos de atendê-lo no dia seguinte.

No outro dia, Mizá entrou logo, às 17h, e assim já o chamamos para conversar. Ele disse que iria tomar um banho e desceria. Após o banho, Mizá veio à sala de atendimento, com os cabelos ainda encharcados e a toalha pendurada no ombro. Estava calmo, mas com o corpo duro, parecia ainda mais rígido que na passagem anterior pelo Abrigo. Manifestou indignação quanto à demora da chegada de sua certidão de nascimento. Contou que nesse período fora do Abrigo, estava sendo acompanhado pelo Centro Pop, que estava tomando as providências necessárias.

Mizá disse que não queria retornar ao Abrigo, que estava se sentindo “bem” em fazer da Praça seu local de moradia, mas devido às pressões da comunidade, foi abordado pela equipe Especializada em Abordagem Social e convidado a se retirar. No momento em que contava isso sua voz se alterou. A equipe nos relatou que Mizá estava ameaçando a população local com uma faca. Mizá não quis falar acerca de suas vivências fora do Abrigo nesse período, pediu para se abster de responder a tais perguntas. Seguimos o atendimento, que acontecia de maneira enrijecida. Era perceptível que o corpo de Mizá havia endurecido com as agruras e violências do cotidiano.

O outro dia para nós foi desafiador. Finalizamos um atendimento com um usuário, e enquanto nos preparávamos para atender outra pessoa, a coordenadora do Abrigo entrou em nossa sala, bastante agitada e nos disse que Mizá estava ameaçando um educador, e que antes disso havia se pendurado no portão e chutado a porta do quarto onde os usuários guardam os pertences nos armários. Ela solicitou que nós interviéssemos. Naquele momento, foi o meu corpo que enrijeceu, o medo nos tomou, não sabíamos se havíamos construído junto a Mizá um vínculo que fosse capaz de produzir movimentos, um novo cenário. Saímos da sala, seguimos em direção ao quarto onde os usuários guardam seus pertences, e ainda no caminho avistamos cerca de seis assistidos em volta, o educador e o vigilante. Mizá estava dentro do quarto, com a mão esquerda para trás,

enfiada na blusa, fazendo várias ameaças ao educador. Quando ele me viu, disse em alta voz que queria conversar com alguém que o entendesse. Naquele momento, eram muitos os burburinhos ao redor, e a coordenadora pediu que todos se afastassem. Percebemos que havia ali uma possível confiança dele conosco. Subi o degrau e entrei na sala. Ele estava muito alterado, gritava sem parar, fazendo ameaças. Pedi para que ele se acalmasse, ele então sentou, abaixou a cabeça e, colocando as mãos sobre a cabeça, repetia: “em você eu confio, eu não vou fazer nada com você”. Sentei no chão, perto dele. Mas, de repente, ele se alterou novamente e batia as mãos no chão com tamanha força que até sangrou. Oscilava entre momentos de calma e de muita agressividade e ameaças. Eu tentava também me manter calma, naquele misto de sensações.

Mizá expressava tristeza, dizia que não tem ninguém por ele, que é “sozinho no mundo”, que já esperava a “certidão de nascimento há quatro meses e nada”, que era “um indigente”. Contou que foi na delegacia, mostrar sua indignação e o delegado disse a ele que “o mataria e o enterraria como indigente”. Ele levantava a camisa, batia no peito e dizia: “tá vendo, eu sou um indigente!”. Em outro momento, disse: *“me dá um remédio pra eu dormir, pra eu apagar, não estou aguentando, isso é psicológico, é psicológico...”*. Após um período de escuta, em que Mizá expressou suas questões, a coordenadora percebeu que ele já não gritava tanto, se aproximou e pediu para participar da conversa. Ele permitiu. Ela entrou e sentou no chão. Ele continuou o discurso de intensa indignação e chegou a ajoelhar pedindo ajuda. Ao mesmo tempo em que Mizá manifestava agressividade, ficava nítido para nós o sofrimento vivo dele. Como isso nos tocou, sua tristeza nos marejava os olhos.

A coordenadora o ouviu e disse que apesar dele ter transgredido várias regras do Abrigo, se ele quisesse, poderia ficar. Acordamos com ele que ficaria no espaço e que

no dia seguinte daríamos prosseguimento à conversa. Ele saiu da sala, tomou um banho, desceu e se sentou na varanda. Mizá se acalmou. Tudo parecia um pouco mais tranquilo. O cansaço transbordou em nós. Pegamos nossas coisas e quando estávamos a caminho do portão, uma usuária nos abordou e disse que estava se sentindo insegura com a presença de Mizá no espaço. Fomos para casa com muitas sensações, o corpo estava tomado pela experiência. Pensávamos que tínhamos aberto brechas nas regras do Abrigo, a favor da vida, ao mesmo tempo em que ainda tínhamos muitos receios de que situações piores acontecessem naquela noite.

E assim ocorreu. Mizá acabou se desentendendo com outro usuário e começou a se alterar novamente. Enquanto ele discutia na área externa, um usuário estava em conversa com a assistente social, tinha ido cobrar providências do Abrigo em relação à quebra das regras por Mizá. Solicitava que ele fosse desligado. Enquanto eles conversavam na porta da sala, Mizá veio e lhe acertou um chute nas costas. Nesse instante, entraram em luta corporal e outros usuários também se envolveram na confusão. Os educadores e a assistente social utilizaram seus corpos para apaziguar. Mizá foi levado para um canto, tentou se soltar sendo contido em alguns momentos, ao mesmo tempo em que outros usuários também tentavam ajudar a segurar. Ainda havia outro grupo que queria se aproximar para bater em Mizá. A polícia foi chamada pela equipe. Quando chegaram, a assistente social fez uma conversa sobre a modalidade do serviço, o público alvo atendido e solicitou que eles realizassem uma intervenção preventiva, além de solicitar que Mizá se retirasse do espaço e não retornasse mais, uma vez que sua convivência no espaço ficara insustentável, com riscos à sua integridade física.

Enquanto escrevemos a narrativa de Mizá, a experiência novamente nos toma, estamos a “flor da pele”, dói a pele, os ossos, o corpo todo. Uma dor que faz pensar na nossa

impotência diante dos discursos da violência, do medo, do risco, da insegurança. Impotência no sentido de perceber que fazemos tão pouco por Mizá. Impotência ao sair com a fala do medo que a assistida demonstrou por estar no mesmo espaço que Mizá. Impotência por sentir que a dor de Mizá também foi infligida por nós. Aqui experimentamos a sensação de estar em um “barco sem porto, sem rumo, sem vela” (DOMINGUES, 2010, p. 27).

Apesar de termos buscado sustentar uma prática que criou aqui nessa experiência bons vínculos com Mizá, os efeitos produzidos em nosso corpo foram múltiplos: sensações de apreensão e incerteza percorrem toda a nossa pele, estamos esfacelados, padecendo a dimensão do acontecimento. Cansaço, sensação de impotência, tristeza. Vemos que essa pesquisa-trabalho exige de nós a produção de corpos capazes de suportar os afetos e de nos deixarmos tombar por eles, mas em alguns momentos, o tombo é grande, é difícil se pôr de pé. Sustentar essa prática exige esse corpo que resiste. Que insiste. Apesar do desassossego.

Ao reencontrar essa experiência na escrita, as palavras faltam, as lágrimas brotam, é preciso uma pausa para nos recompor.

Nesse ponto é preciso que nos lembremos de que a política de assistência social diz de relações históricas que nos atravessam, produzindo efeitos em um complexo jogo de forças.

Lobo (2008) nos ajuda a lidar com essa sensação de impotência, advinda do choque de nos vermos como parte da engrenagem que produz os infames da história - ou os

“indigentes”, como nos fala Mizá. Ele é um dos tantos e tantos “infames” – jovem, negro, em situação de rua...

Lobo (2008) nos diz que em 1618, Ambrósio Fernandes Brandão, publicou em seu livro, “Diálogos das Grandezas do Brasil”, uma das primeiras explicações para as diferenças entre a cor da pele de negros, brancos e índios. Para Brandão, a grande e principal questão que muito incomodava era: porque o negro era tão diferente? A cor preta da pele e o “cabelo retorcido” o diferiam muito do branco, tido como modelo. A partir daí, os brancos são considerados como aqueles que possuem uma maior “pureza de sangue”, pois não se desviaram do descendente, Noé.

A partir do século XIX, há a emergência da noção de raça que produz no Brasil a consistência necessária para a domesticação dos corpos dos negros e dos mestiços. A biologização da vida, que vai acarretar a naturalização das diferenças como raças, acaba por justificar a escravização do negro em função de uma suposta falta de “operância” para o trabalho livre.

Durante os séculos XIX e XX, diversos autores corroboraram práticas racistas por meio de teorias biologizantes, ainda segundo Lobo (2008). Joseph Gobineau teve suas ideias muito difundidas no Brasil e considerava que as desigualdades estão registradas, marcadas, na natureza biológica, e não resultam das instituições, por isso são imutáveis. Ele faz a seleção de traços típicos de cada raça, e os brancos são colocados no ápice das características morais e intelectuais e na ponta inferior ficam os negros. Henrique de Brito Belfort Roxo justificava as diferenças raciais pelos graus de evolução, classificando os negros como retardatários, pois não evoluíram, se apegaram ao passado. Ele dizia que os negros tinham doenças que lhes são mais comuns, como a demência e o alcoolismo e possuíam cérebros menos inteligentes.

Essas teorias racistas penalizaram os negros e mestiços disseminando o preconceito que vivemos ainda hoje na sociedade. Somado a isto, ainda no século XIX, o surgimento de novas disciplinas como a psicologia, o higienismo, a sociologia, a estatística, passaram a esquadrihar a cidade como um todo, nos mínimos detalhes, legitimando a norma e impondo uma ordem naturalizada e universal. Há um controle maciço sobre as populações que produz almas urbanizadas, objetos psi, um mundo privado feito de intenções e intimismos, que vão ser o sustentáculo do triunfo da burguesia e sua produção de desigualdades.

Coimbra e Nascimento (2005) apontam a história brasileira está cunhada na escravização e na sua justificativa por meio da biologização da vida. Assim, os pobres e indigentes deveriam ser afastados do convívio urbano, já que são considerados a fonte de todos os males sociais, e medidas foram adotadas no Brasil para promover um “saneamento moral”. A “degradação moral” era associada à pobreza e identificada como uma epidemia que se deve evitar. Os pobres considerados “viciosos” que não estavam inseridos no mundo do trabalho e que, portanto, vivem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, são vadios por natureza. Representam um “perigo social” que deve ser eliminado, pois são considerados criminosos em potencial. Com relação aos “pobres dignos”, que são os que trabalham e possuem a família unida, é preciso ainda assim fortalecer seus valores morais, uma vez que são uma classe que está mais vulnerável aos vícios e as doenças. Assim percebemos, com Coimbra e Nascimento (1995, p. 5), que “todas essas teorias estabelecem/fortalecem a relação entre a vadiagem/ociosidade/indolência/ e pobreza, bem como a pobreza e periculosidade/violência/criminalidade”.

Quando escapam ao extermínio, os jovens pobres sequer conseguem chegar ao mercado de trabalho, são os “excluídos por excelência”. Os que conseguem sobreviver aos extermínios, geralmente não escapam do recolhimento em internações e prisões.

Trazer essa discussão para a dissertação contribui para questionarmos o pensamento que ainda domina no Ocidente que entende que os objetos, saberes e sujeitos têm uma essência que lhes seria própria. Mizá *é* um indigente? Mizá *é* um perigo social? Mizá *é* um risco para nós enquanto pesquisadores-trabalhadores e para os usuários do Abrigo?

Foucault (1988) nos assinala sobre a importância e a função que as práticas têm no nosso mundo propondo que as práticas sociais fazem aparecer os diferentes objetos, saberes e sujeitos, sendo a partir desse entendimento possível analisar como nossas práticas cotidianas - das menores e mais invisíveis - são instrumentos que reproduzem e/ou criam os mais poderosos efeitos.

Aqui respiramos. Parar para escrever isso nos traz um novo ar. Faz-nos pensar em prosseguir em nossa aposta de que é ali, dia após dia, numa tarefa árdua, que nos cobra um esforço, a cada novo momento é que vamos construindo novas formas de atuar, de ser profissional, de pesquisar e de viver. Estamos aqui sensibilizando nosso corpo para o que são os outros elementos de que é feito o mundo, ganhando mais de corpo, ganhando mais mundo.

A experiência com Mizá tem a força de desconstruir e problematizar nossos preconceitos e visões arraigadas que formam o corpo-pesquisadora-trabalhadora, que formam os corpos-leitores: desnaturalizar essa forma eficaz de definição dos modelos de ser, de estar e de existir do modo de produção capitalista, que se baseia nas profundas desigualdades das relações sociais. O tombo advindo do encontro com Mizá nos ajuda a romper com práticas naturalizadas, com discursos/ações muitas vezes microscópicos, o

que nos fortalece na aposta de seguir o modo ético, apesar do homem da moral. Fortalece-nos na aposta de estar com os Mizás, sentar no chão com os Mizás, sem temer, abrir brechas nas regras, ainda que depois sejamos cobrados, soframos pressão dos colegas e dos usuários – “mas ele quebrou as regras!” Diziam vários... - em abertura ao encontro, expostos à experiência, perseguindo a dimensão pública da política.

Com Mizá, buscamos insistir nas conexões efetuadas por alianças, que agenciam multiplicidades e processos de singularizações, mas também experienciamos movimentos de centralização e unificação, o que denota a coexistência dos movimentos de redes quentes e frias. Apostamos na intensificação do encontro, mas no momento em que a situação “foge do controle”, e agressões físicas começam a acontecer, a polícia é acionada, denotando uma verticalização, uma hierarquização, isto é, buscamos a ordem, a norma, em nome da proteção. Nesse sentido, nos analisamos enquanto parte dessa engrenagem de dispositivo de controle, quando, pela consciência totalizadora, dizemos que não há outra saída... Quando, no encontro conosco, Mizá diz que seu sofrimento é psicológico... Mizá nos apresenta o terror da escravidão na qual estamos enredados, não vendo saída para nossas ações e para os outros e individualizando a dor pública que nos habita. Mizá nos faz tombar de nossa consciência, ensinando-nos generosamente uma lição que não devemos esquecer para que não a repitamos.

5. DESPEDIDA: COMPARTILHANDO NOSSA APOSTA

Hoje é minha despedida do Abrigo nesse processo de pesquisar-trabalhar. Narrar essa experiência não será tarefa fácil, pela intensidade dos encontros...

Uma vez por mês organizávamos um jogo de bingo com eles. Era o momento mais aguardado... Era sempre indagada: Bianca, quando vai ter o bingo? Que momento especial era aquele! Tantas risadas, alegrias, expectativas de ganhar os doces que eram os prêmios tão disputados! Eles diziam que a alegria não era simplesmente pelo doce, mas pelo momento de descontração que tínhamos juntos! Ah, já estou com saudade! Escolhi então dizer da minha saída, após o jogo, já que estavam todos reunidos. Anunciei, com voz embargada, com lágrimas nos olhos, que brotam ainda durante esta escrita, que estaria mudando de emprego, e que precisaria sair. Abraçamos a cada um, com uma gratidão intensa que transborda, por todo o aprendizado, alegria e transformação vivenciados em cada encontro, em cada entre, em cada meio. Cada abraço entre nós tinha sua história de afetos, de tombos, de força vital, da ativação do homem da ética, de articulação, de tempo, de suspensão de julgamentos, de “entaladas”, de digestão, de um caminho percorrido a pé... Gastamos a nossa vida ali, ganhamos mais de corpo, mais de sensibilidade, mais de mundo... Que alegria! As nossas emoções transbordaram ali... O abraço com Dayse foi como uma ligação elétrica, tão intenso! Choramos, choramos, choramos... Ah, que força tem o encontro! Inscrevem marcas e efeitos que ficam e que tem a força de transformar nossos corpos-pesquisadora-trabalhadora-usuários-leitores! Ah, como se faz preciso acreditar no encontro, acreditar no mundo, no mundo que podemos inventar! (Diário de Campo, 27/10/2017).

Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo que pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempo, mesmo que de superfície ou volume reduzidos [...] É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência, ou ao contrário, a submissão a um controle (DELEUZE, 1992, p. 218).

Mais do que acreditar no mundo, seria acreditar no liame entre homem e mundo, nessa potência, no amor, na vida, naquilo que podemos inventar, pois o real não é o que já foi dado, mas o que criamos. Temos aí um desafio para nossa contemporaneidade (MACHADO; LAVRADOR, 2001, p. 57).

No processo de *pesquisarcom*, vivenciamos inúmeros desafios e o maior deles é a ativação do homem da ética. Diante de tantos preconceitos que nos atravessavam acerca da vivência com a pop-rua, anterior a essa experiência, fomos provocados a nos deixar atacar pelas turbulências provocadas pelas diferenças e digeri-las, de modo que, nos entendendo parte de uma engrenagem que controla, moraliza, assujeita, exclui, segrega, nos vimos impelidos a aprender a funcionar numa paisagem que desconhecíamos, o que nos trouxe por vezes o desassossego. A partir das experiências de encontros com a diferença, com o inusitado, exploramos um universo de potências, sendo possível estranhar os modos de pensar em mim arraigados, abrindo outros caminhos. Fomos aprendendo a adquirir um novo corpo, nos constituindo como relação, como conexão, buscando operar nossa existência na produção de sentidos por meio do registro e da sensibilidade à diferença. Ativar o modo ético durante o pesquisar-trabalhar foi desafiador, mas teve força de libertação, à medida que fomos aprendendo a acolher e afirmar as diversidades da vida, afirmar a potência criadora da vida, a vida como obra de arte. Aprendemos com a pop-rua lições diárias de reinvenção de vida, que foram nos transformando no decorrer do processo. São pessoas de grande generosidade, que com muita dignidade e solidariedade lidam com as adversidades cotidianamente, carregando a própria casa no corpo, dividindo o pouco que tem. Nobreza, coragem, força, alegria, partilha, resistência, são algumas das potências que as narrativas que contamos aqui trazem.

Utilizamos, nesta dissertação, o verbo “apostar” para afirmar a dimensão experiencial da *ação com o outro* como “certo modo” de invenção de uma dimensão pública das políticas de assistência social. É um apostar porque diz de uma luta cotidiana, uma luta que se trava a cada nova tentativa. Nesse sentido, política pública se produz no plano das lutas coletivas cotidianas, na experiência do encontro com o outro. É exatamente isso que perseguimos: o que a política de assistência social favorece de encontros, conexões, vinculações que produzam movimentos de transformação, de constituição de um corpo mais articulado com a rede rizomática, que está sempre em movimento. Isto se dá na dimensão da experiência concreta (não num ideal a ser alcançado), onde re-encantamos o concreto, aqui, no dia a dia, no presente, no vívido, nas experiências como lugar de interpelação, produção intensa do conhecimento, invenção de táticas.

Nesse processo de pesquisar-trabalhar, tentamos falar *com* a pop-rua e não a partir dela, pesquisar com e não sobre. Apostamos, para isto, nas narrativas dos encontros com os participantes da pesquisa, já que consideramos que as narrativas por elas mesmas nos forcem a pensar. Narrativas da vida de pessoas que experienciam a cidade por suas ruas e que passam pelo Abrigo Noturno. Buscamos narrativas de conexões locais, narrativas menores, parciais, como experiências a serem compartilhadas que **importam**, como cada encontro, cada conexão, cada “meio”.

As narrativas provocaram muitas inquietações, estranhamentos, surpresas, movimentos de criação e de transformação. Os participantes da pesquisa foram coautores, sendo convidados a lerem as narrativas escritas a partir da experiência entre nossos corpos, nos encontros e puderam compor outras camadas das narrativas, produzindo a criação de novos sentidos.

O encontro com o campo como pesquisadora, que se fez junto com a prática profissional, compondo, assim, um corpo pesquisadora-trabalhadora, também pausa aqui. Mas esse processo não se encerra, ele é a realização do inacabado, pois não pretende finalizar em si o conhecimento dessa aposta na dimensão pública da política de Assistência Social. Assim, a continuidade dessa aposta - que se faz como experiência compartilhada com o outro – também se dá por contágio, pelo convite ao leitor para que a reverbere, pulse, vibre, teça possíveis!

A nossa escrita também se faz inacabada e incompleta, pois não é capaz de dizer de toda a intensidade e encantamento da experiência de caminhar com a pop-rua. Tantas histórias ouvidas, tantas afetações, mas nem tudo o que foi experimentado coube na escrita desta dissertação. O que fica “fora do texto” está impregnado no corpo, as lembranças dos sorrisos, das lágrimas, das forças, os aprendizados, que nos fazem acreditar que vale a pena *apostar com*. O que compartilhamos com o leitor nesta dissertação é o que se fez possível no presente concreto e deixamos o convite para a produção de novos caminhos, de novas proposições para continuarmos inventando a dimensão pública das políticas de assistência social.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. B. de. *Alinhavando saberes e práticas, tecendo possíveis: o trabalho em rede na assistência social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

BAPTISTA, L. A. *A cidade dos sábios*. Reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus, 1999.

BARROS, M. *O livro das ignorâncias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

BARROS, R. B.; PASSOS, E. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. (org). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, p. 150-171, 2009.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, n.19,p. 20-28, Abr. 2002. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de agosto de 2016.

BRASIL. Governo Federal. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop*. Brasília: MDS, 2011 (SUAS e a PSR, v.3).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília, 2005a.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013.

BENEVIDES, R; PASSOS, E. *A humanização como dimensão pública das políticas de saúde*. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 561-571. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de agosto de 2017.

BENEVIDES, R; PASSOS, E. Clínica, política e as modulações do capitalismo. In MOURÃO, J. C. *Clínica e Política 2: Subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Editora Abaquare – Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 2005.

COIMBRA, C.M.B.; NASCIMENTO, M., L. *Ser jovem, ser pobre é perigoso?* JOVENes, Revista de Estudos sobre Juventude, ano 9, p. 338-355, 2005. Disponível em: http://www.slab.uff/exibetexto2.php?link=.%2Ftexto23.htm&codtexto=23&cod+23&tp+t&nome_autor. Acesso em 10 de maio de 2017.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG) (org). *A psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios*. Belo Horizonte: CRP 04, 2015.

DELEUZE, G. *Espinosa, filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs* (volume I). São Paulo: editora 34, 2000.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.

DESPRET, V. O corpo com o qual nos importamos: figuras da antrozo-gênese. *Corpo e sociedade*, v. 10, n. 2-3, p. 111- 134, 2004.

DOMINGUES, L. *À flor da pele: subjetividade, clínica e cinema no contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2010.

FERRO, M. C. T. *Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados*. Revista Direitos Humanos, n.8. Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: Machado (org.). *Microfísica do poder*. São Paulo: Ed Graal, 1979c.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. 4.ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos VI, Repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense, 2010a.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUATTARI, F. A transversalidade (1964). In: *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida/S.P: Ideias e Letras, 2004.

HARAWAY, D. *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/pagu05.02.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

KASTRUP, V. A psicologia na rede e novos intercessores. In: FONSECA, T.M.G.; FRANCISCO, D.(orgs.). *Formas de ser e habitar a contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V; ESCÓCIA, L. (Org). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, p. 32-51, 2009.

KASTRUP, V; TSALLIS, A. Acoplamentos, Vínculos e Deficiência Visual: sobre um vetor de atravessamento Varela-Latour. *Informática na Educação: teoria e prática*, v. 12, 2009.

KUNZ, G., S. *Os modos de vida da população em situação de rua: narrativas de andanças nas ruas de Vitória/ES*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2012.

LATOURE, B. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: J. A. NUNES; R. ROQUE. *Objetos impuros: experiências em estudos sobre a ciência*. Porto: Afrontamento, p. 40-61, 2007.

LATOURE, B. *Jamais fomos modernos*. 34. ed. Rio de Janeiro: 1994.

LAVRADOR, M.C.C. *Loucura e vida na contemporaneidade*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2006.

LEMO, F.C.S.; GALINDO, D.C.G; COSTA, J, M. da. *Contribuições de Michel Foucault para analisar documentos e arquivos na judicialização/jurisdicionalização*. *Psicol. estud.* [online]. Maringá, vol.19, n.3, p.427-436, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 de maio de 2017.

LOBO, L. F. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOURAU, R. Objeto e método da Análise Institucional. In: ALTOÉ, Sônia (org). *René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004a.

LOURAU, R. *René Lourau na UERJ: Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.

MACHADO, L. D. Ética. In: BARROS, E. (Org.). *Psicologia: Questões Contemporâneas*. Vitória: EDUFES, 1999.

MELO, N. M. Reflexões para a compreensão do atendimento à população em situação de rua em São Carlos. *Anais da XI Semana de Ciências Sociais da UFSCar*, n. 1, 2013, p. 185-199 [Digital]

MENDES, M. V. B. *Um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-

Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MONTEIRO, A; COIMBRA, C; MENDONÇA FILHO, M. *Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público?* Psicologia & Sociedade. Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 7-12, mai./ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000200002&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 23 de agosto de 2017.

MORAES, M.; CARDOSO-MANSO, C.; LIMA-MONTEIRO, A. C. *Afetar e ser afetado: corpo e cognição entre deficientes visuais*. Univ. Psychol., v. 8, n. 3, p. 785-792, nov. 2009. Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/view/624>>. Acesso em 21 de janeiro de 2017.

MORAES, M.; ARENDT, R. *Guiar e ser guiado: ou do que é feita nossa (d)eficiência?*. Universitas Humanistica. Bogotá, v. 76, p. 327-347. 2013. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-48072013000200015&lng=e&nrm=iso. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

MORAES, M; KASTRUP, V. (orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa COM pessoas com deficiência visual*. 1. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora/ Faperj, 2010. v. 1, 288p.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. *A pedagogia, a democracia, a escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ROCHA, J. M. As emoções e sua dimensão criadora. In: Ferreira, A. A. L. *A pluralidade do campo psicológico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 357-376, 2010.

ROLNIK, S. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, C., R., (org.). *Na sombra da cidade*. São Paulo: Escuta, p.143-170, 1995.

SADE, C; FERRAZ, G. C; ROCHA, J. M. *O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir*. Fractal Rev. Psicologia. Rio de Janeiro, v. 25, n.2, p. 281-298, mai/ago 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000200006 Acesso em: 13 de agosto de 2016.

SANTOS, K, L. *Resistências e Controles no PAIF/CRAS: o desafio de desnaturalizar práticas e inventar possíveis*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

SERRES, M. *Os cinco sentidos. Filosofias dos corpos misturados*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SHEINVAR, E. *A família como dispositivo de privatização do social*. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro, v. 28, n.1. 2006. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672006000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

SILVA, A. A. *Uma análise dos desdobramentos da cogestão do cuidado nos processos de trabalho em um hospital público no Rio Grande do Norte*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

SILVA, M. L. L. da. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSITO, M. P.; CARRANO. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, Dec. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de setembro de 2017.

STERN, D. *O mundo interpessoal do bebê: uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TAVARES, G.M.; FRANCISCO, R. S. *Pesquisa como acontecimento: exercícios de escrever* COM. Rev. Polis e Psique, v. 6, n. 1, p. 136-148, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22456/2238-152X.61388>>. Acesso em 23 de julho de 2016.

TAVARES, G. M. *Sobre olhares e práticas psicológicas na Assistência Social*. Psicologia em Estudo. Maringá, v. 19, n.3, p. 449-457, jul/set. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287132694010>. Acesso em 24 de abril de 2017.

TEDESCO, S; SADE, C.; CALIMAN, L. *A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer*. Fractal Rev. de Psicologia. Rio de Janeiro, v. 25, n.2, p. 299-323, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de julho de 2016.

TSALLIS, A. C; FERREIRA, A. A. L.; MORAES, M. O; ARENDT, J. O que nós psicólogos podemos aprender com a teoria ator-rede? *Interações*, v. 12, n. 22, p. 57-86, 2006.

TRISTÃO, V. C. T. *(Com) Viver e (com) Fiar uma rede quente na experiência sensível de vinculação afetiva: uma análise das práticas de acolhimento infanto-juvenil no município de Vitória/ES*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

VIEIRA, M. A.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Org.). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec, 2004.